

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE PACHECO

PUTINISMO RIMA COM POPULISMO?

**UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE VLADIMIR PUTIN A PARTIR DAS
CONTRIBUIÇÕES DE ERNESTO LACLAU**

UBERLÂNDIA
2020

CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE PACHECO

PUTINISMO RIMA COM POPULISMO?

**UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE VLADIMIR PUTIN A PARTIR DAS
CONTRIBUIÇÕES DE ERNESTO LACLAU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça

UBERLÂNDIA
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGR				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 58, PPGR				
Data:	18 de agosto de 2021	Hora de início:	18:00	Hora de encerramento:	19h50
Matrícula do Discente:	11912RIT005				
Nome do Discente:	Caio César Albuquerque Pacheco				
Título do Trabalho:	Putinismo rima com populismo? Uma análise do governo de Vladimir Putin a partir das contribuições de Ernesto Laclau				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu)				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Daniela Vieira Secches - PUC-MG; Aureo de Toledo Gomes - UFU; Filipe Almeida do Prado Mendonça - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Filipe Almeida do Prado Mendonça, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Coordenador(a)**, em 18/08/2021, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aureo de Toledo Gomes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/08/2021, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira Secches, Usuário Externo**, em 20/08/2021, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2953434** e o código CRC **BBF2F880**.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P116 2021	<p>Pacheco, Caio César Albuquerque, 1995- Putinismo rima com populismo? [recurso eletrônico] : Uma análise do governo de Vladimir Putin a partir das contribuições de Ernesto Laclau / Caio César Albuquerque Pacheco. - 2021.</p> <p>Orientador: Filipe Almeida do Prado Mendonça. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.416 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Mendonça, Filipe Almeida do Prado, 1985-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p>
--------------	--

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

PUTINISMO RIMA COM POPULISMO?
UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE VLADIMIR PUTIN A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES
DE ERNESTO LACLAU

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 18 de agosto de 2021

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça (orientador) – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dra. Daniela Vieira Secches – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes – Universidade Federal de Uberlândia

*À minha família e amigos que acompanharam
toda minha trajetória ao longo deste trabalho*

AGRADECIMENTOS

Realizar este trabalho foi um grande prazer, tive a grande sorte de contar com o apoio e o companheirismo de pessoas incríveis. Desde a minha família que desde o início me apoiou e encorajou, até meus colegas e amigos que acompanharam todo este processo. No entanto, reconheço o privilégio que poucos no país tiveram de poder trabalhar de casa e assim conseguir terminar esta dissertação. Certamente a pandemia trouxe um outro ritmo à produção e à pesquisa durante 2020 e 2021.

Não poderia deixar de agradecer meu orientador, Filipe Mendonça, cuja competência, generosidade e humanidade deixaram o processo de pesquisa e escrita muito mais leve e agradável. Também, ao professor Aureo Toledo por ter me apresentado a obra de Laclau e à professora Daniela Secches pelas valiosas contribuições feitas a este trabalho na qualificação juntamente ao professor Aureo.

Agradeço também a Universidade Federal de Uberlândia e todos os professores que de alguma forma contribuíram para a minha formação ao longo da graduação e do mestrado. Sou profundamente grato ao PPGRI e ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da universidade. É sempre bom sentir-se em casa, entre colegas e amigos.

RESUMO

Esta dissertação tem como propósito compreender se o putinismo, ou melhor, o regime liderado por Vladimir Putin na Rússia pode ser considerado populista segundo a ideia desenvolvida por Ernesto Laclau na obra “On Populist Reason” (2018). Este autor compreende o populismo em seu sentido ontológico, ou seja, independentemente de suas manifestações ônticas. Portanto, a hipótese preliminarmente assumida aqui é a de que o putinismo, tal como o “varguismo”, “chavismo” ou “lulismo”, pode ser considerado um exemplo de populismo, uma das manifestações possíveis dessa lógica política. Tal lógica pode ser caracterizada pela divisão do espaço social em duas grandes cadeias de demandas equivalentes e antagônicas entre si. O processo de divisão e de articulação entre as diferentes demandas sociais se dá ao longo de toda a década de 2000. Assim, compreendemos que o ponto de inflexão que marca o início do populismo russo coincide com as manifestações populares de 2011-2012 e a eleição de Vladimir Putin para seu terceiro mandato também em 2012.

Palavras-chave: Vladimir Putin. Populismo. Rússia. Ernesto Laclau.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand if “putinism”, or yet, the regime headed by Vladimir Putin in Russia, could be called “populist” according to the idea carried out by Ernesto Laclau in “On populist reason” (2018). This scholar perceives populism in its ontological sense, which means, regardless of its ontic expressions. Therefore, the preliminary hypothesis assumed here is that putinism, just like “varguism”, “chavism” or “lulism”, can be considered an example of populism, one of the possible manifestations of this political logic. Such logic can be characterized by the division of social space into two large chains of equivalent and antagonistic demands. This division and articulation process between different social demands takes place along throughout the 2000s. Thus, the turning point that marks the beginning of Russian populism coincides with the popular manifestations of 2011-2012 and the election of Vladimir Putin for his third term in 2012.

Keywords: Vladimir Putin. Populism. Russia. Ernesto Laclau.

АННОТАЦИЯ

Цель этой диссертации – понять, можно ли путинизм, режим во главе с Владимиром Путиным в России, считать популистским в соответствии с идеей, развитой Эрнесто Лаклау в работе «On populist reason» (2018). Этот философ понимает популизм в онтологическом смысле, независимо от его онтических проявлений. Наша предварительная гипотеза состоит в том, что путинизм, может рассматриваться как пример и одно из проявлений популизма, так же как и "варгасизм", "чавизм" или "лулизм". Такая логика может быть охарактеризована разделением социального пространства на две большие цепочки эквивалентных и антагонистических требований. Процесс разделения и артикуляции различных социальных требований происходит на протяжении 2000-х годов. Точка перелома, знаменующая начало российского популизма, совпадает с демонстрациями 2011-2012 годов и избранием Владимира Путина на его третий срок также в 2012 году.

Ключевые слова: Владимир Путин. Популизм. Россия. Эрнесто Лаклау.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.CAPÍTULO I – A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU	13
1.1. Os elementos epistemológicos.....	13
1.2. A perspectiva pós-moderna nas Relações Internacionais.....	15
1.3. As influências da linguística e da psicanálise.....	20
1.4. O Populismo e a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau.....	23
2.CAPÍTULO II – O QUE É O PUTINISMO?	32
2.1. O conceito e suas principais abordagens.....	32
2.2. A ascensão de Vladimir Putin.....	37
2.3. Os casos Berezovski, Gusinski e Khodorkovski.....	45
2.4. As revoluções coloridas.....	52
2.5. Apoio e oposição no contexto pós-Medvedev.....	55
3.CAPÍTULO III – PUTINISMO RIMA COM POPULISMO?	61
3.1. A cadeia antagônica.....	68
3.2. A cadeia hegemônica.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca compreender um fenômeno longe de ser singular, mas que faz parte da história de um país em específico: a Rússia. A bibliografia sobre o país é bastante extensa. Há debates muito relevantes nos principais campos de estudo das Relações Internacionais, desde política externa, economia política, segurança, até as questões atinentes às instituições e à identidade. No Brasil, no entanto, apesar de a Rússia ser objeto de estudos absolutamente importantes, percebe-se que ainda são poucos os que se dedicam a compreender mais profundamente esse país, tal como fazem os professores Fabiano Mielniczuk (2011), Angelo Segrillo (2014), e a professora Daniela Secches (2018); referências importantíssimas para este trabalho. Nesse sentido, esta dissertação justifica-se por tentar agregar e contribuir à bibliografia e aos estudos brasileiros já existentes na área sobre Rússia.

O período histórico-político sobre o qual este trabalho se debruça é aquele que compreende o governo do presidente Vladimir Putin (2000-2008 e 2012-). Desde o início dos anos 2000, Putin tem dominado a cena política do país, suscitando as mais diversas opiniões e especulações quanto ao seu governo, suas intenções e interesses. Os questionamentos acerca da natureza do regime liderado pelo presidente russo têm aumentado. Algumas questões têm atraído olhares curiosos do mundo, como as manifestações contra o governo de 2011 e 2012, a anexação da Criméia em 2014, a deterioração da situação LGBT+ e das mulheres no país, e ainda, a reforma constitucional de 2021, cujo principal efeito será permitir que Putin concorra a mais dois mandatos de 6 anos. Vladimir Putin poderá permanecer à frente do governo russo até 2036, quando completará 83 anos de idade.

O conceito de “putinismo” surgiu como uma tentativa de condensar as características e contradições do regime liderado pelo atual presidente. No entanto, por se tratar de um tema bastante amplo não seria possível tratar do putinismo com todas as nuances, facetas e detalhes que o tema exige. Neste sentido, este trabalho terá o objetivo de explorar e compreender se as diversas articulações discursivas fazem do putinismo um tipo de populismo. As manifestações populares na Rússia em 2011, 2012, 2020 e 2021 estão trazendo à tona questões da vida política russa que necessitam algum esclarecimento. Por isso, compreender o putinismo enquanto um exemplo de

populismo é importante pois permite que possamos apreender e caracterizar a dinâmica da atual conjuntura política no país. Além disso, trazer para um caso concreto a teoria do discurso de Ernesto Laclau (2001; 2018) pode ajudar-nos a compreender o valor e as limitações das contribuições feitas pelo autor enquanto ferramenta de análise da realidade.

Nesse sentido, a teoria do discurso de Ernesto Laclau (2018) e sua visão a respeito do que é populismo podem ser de grande valia para elucidar algumas questões importantes. Sabemos que o conceito de populismo tem sido estigmatizado pejorativamente, sobretudo na academia. Os “intelectuais fogem do populismo quando têm de classificar situações políticas por eles consideradas positivas” (LINHARES; MENDONÇA; RODRIGUES, 2017, p. 46). Por isso, Laclau (2018) apontou um equívoco comum cometido pelos pesquisadores ao se tentar definir o que é populismo. Na maior parte das vezes, eles partiam do plano ôntico (ao invés do ontológico), ou seja, partiam das mais diversas manifestações do fenômeno ao invés de definir o fenômeno em si, independentemente de suas manifestações. É como se tomássemos como passíveis de generalização o bolsonarismo, o varguismo e o lulismo. Mas o fato é que o populismo é diferente em suas diversas manifestações, por isso, se fazia necessária uma teoria que pudesse lidar com a contingência, e esse é um dos esforços de Laclau (2018). O grande problema é que quanto mais os pesquisadores incluíam elementos que são específicos das diversas manifestações do populismo (como o maoísmo, o trumpismo, o lulismo ou o chavismo), mais o conceito de populismo perdia seu sentido e sua utilidade.

Dessarte, a hipótese assumida neste trabalho é a de que o putinismo é uma forma de populismo cujo significante vazio, ou seja, aquele significante que representa e condensa todas as demais demandas da cadeia de equivalências, é o próprio presidente Vladimir Putin. Neste sentido, tal como entende Laclau (2018), a atual disputa pela produção de sentidos na sociedade russa é predominantemente aquela da lógica equivalencial, responsável por dividir a sociedade em dois grandes polos que se antagonizam, cada qual constituindo uma cadeia de demandas equivalentes entre si. Cada uma dessas cadeias, no entanto, é constituída no âmbito de um sistema de significação, sendo a relação antagônica imprescindível para a construção da ideia de povo. Entretanto, apenas o antagonismo pode não ser o suficiente para sustentar a aliança entre as demandas que constituem uma determinada cadeia de equivalências, sendo portanto necessário um

nome que funcionará como significante vazio, aquele que fará aproximar ainda mais o sentimento de solidariedade entre as demandas. O nome de um líder pode cumprir essa função.

No primeiro capítulo faremos uma discussão breve sobre a teoria do discurso de Ernesto Laclau. Em sequência, será necessário compreender o putinismo enquanto fenômeno e suas principais características. O segundo capítulo buscará, portanto, explicar como e o que permitiu o putinismo se tornar um discurso hegemônico e explicar o processo articulatório anterior ao populismo. Por fim, a parte final do trabalho será dedicada a analisar o putinismo através da contribuição teórica de Ernesto Laclau, ou seja, identificar as duas grandes cadeias de equivalências que disputam a significação do espaço social. Dessarte, o objetivo será verificar se o putinismo é um tipo de populismo tal como entendido por Laclau (2018), ou seja, um tipo de constituição do espaço social marcado pela divisão e pelo antagonismo, construção cujo polo hegemônico se dá em torno de um significante vazio que tem como objetivo conferir sentido (ainda que contingente e parcial) à totalidade construída através de um sistema de significação, modificando e constituindo identidades.

1. CAPÍTULO I – A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU

1.1. Os elementos epistemológicos

Antes de começar o tratamento da teoria do discurso de Ernesto Laclau propriamente dita, é necessário compreender minimamente a epistemologia por trás dela. Neste sentido é importante trazer algumas questões clássicas do debate filosófico para melhor compreender a forma como Laclau enxerga o mundo. Uma das perspectivas epistemológicas resultantes desse debate servirá de inspiração para uma série de pensadores da atualidade.

As questões atinentes à origem do mundo, da verdade, da realidade e da razão instigavam os filósofos gregos desde os primórdios. Os pré-socráticos, por exemplo, acreditavam que a verdade se encontrava na natureza (*physis*). Após Sócrates, alguns filósofos passaram a defender que a verdade só poderia ser encontrada fora da natureza, além dela, ou seja (*meta*: além e *physis*: natureza). O debate entre metafísica/natureza ou ainda, racionalismo/empirismo fez parte de praticamente toda a história da filosofia (LINHARES; MENDONÇA; RODRIGUES, 2017).

Para além dessas duas perspectivas, uma terceira se desenvolveu e ganhou força, sobretudo com Friedrich Nietzsche no século XVIII. Nietzsche foi um grande crítico da modernidade, sobretudo da civilização moderna. Na visão desse pensador, a verdade não está na metafísica, tampouco na natureza, muito menos na ciência ou na religião. Um dos principais legados desse filósofo foi retirar o fundamento da verdade no plano ôntico, trazendo a filosofia para o homem. Nesse sentido, para ele a verdade seria uma ficção criada pela necessidade psicológica do ser humano de duração, de permanência, de conferir ordem ao caos que é a vida e o mundo. A busca pelo Ser, pela verdade, pela essência e pela identidade se fundamenta na tentativa de negar o devir, o caráter transitório da vida (MOSÉ, 2019).

É sobretudo através do modelo lógico-racional, característico da civilização moderna, que se fundamentam as ideias de verdade e de Ser as quais, por sua vez, fundamentam a noção metafísica da filosofia. Para Nietzsche a lógica, bem como as ideias de causalidade, oposição e identidade fazem parte da linguagem que utilizamos para interpretar e perceber o mundo; e essa

linguagem é puramente metafísica. Atribuímos o nome de razão à essa linguagem interpretativa do mundo que, para Nietzsche, é apenas uma ficção criada por nós para alimentar nossa necessidade psicológica de conferir ordem e fixidez a um mundo que é caracterizado pelo devir, pela complexidade, pelo conflito e pela pluralidade.

A dinâmica do mundo e da natureza em si não é separada e categorizada segundo uma lógica de causalidade ou oposição. É o nosso modo de perceber o mundo que categoriza, segmenta e tenta isolar algumas partes dessa realidade que na verdade é marcada por um fluxo *continuum* (MOSÉ, 2018). Nesse sentido, a razão metafísica é algo que faz parte da natureza virtual do ser humano, que faz parte do nosso modo de interpretar e perceber esse mundo.

É o surgimento da linguagem o que possibilita a existência da metafísica, é o que viabiliza aos seres-humanos a oportunidade de criar todo um sistema interpretativo e conceitual que tem como objetivo (ainda que ficcional) conferir identidade, essência, ordem, estabelecer verdades, simplificar e abreviar a realidade. É o modelo lógico-racional (através da linguagem) que cria o Ser metafísico, que opõe o belo ao feio, a verdade à mentira, que secciona a realidade. Dessarte, a identidade, a oposição e a causalidade só são possíveis no âmbito da linguagem (MOSÉ, 2018). Essas noções servirão de inspiração aos teóricos pós-modernos (ou pós-estruturalistas) que criticam a ideia de fixar, aprioristicamente, identidades, essências e fundamentos.

Sabe-se que podemos expressar apenas uma parte dos fenômenos (como a realidade aparece para nós) através da linguagem; mas ainda assim, a linguagem é bastante limitada para representá-los completamente. Essa é uma das razões pela qual os sistemas linguísticos são caracterizados pelas mais variadas figuras de linguagem¹ (metonímia; metáfora; catacrese; sinédoque), que são formas de abreviar e simplificar a realidade dada a impossibilidade de atribuir signos à todos os fenômenos e à todas as coisas. A língua não é uma estrutura nomenclatural, isto é, se tomarmos cada objeto ou fenômeno da realidade, não conseguiremos encontrar um conceito correspondente em nosso sistema léxico para cada uma dessas coisas.

¹ Exemplos de: sinédoque “sem teto” (representando a casa toda); metonímia “Palácio do Planalto” (representando a presidência do Brasil); metáfora “O cachorro é um tapete” (peludo); catacrese “pé da cadeira” ou “dente de alho”.

Como bem coloca Viviane Mosé (2018, p. 34), “o humano é um ser com uma imensa capacidade de sentir e uma limitada capacidade de elaborar o que sente”. Os limites da linguagem, da nossa capacidade de elaborar o que sentimos, de nomear as coisas e os fenômenos, determinam a possibilidade do que pode ser conhecido. Em outras palavras, os limites da linguagem representam os limites da nossa realidade e do nosso conhecimento.

1.2.A perspectiva pós-moderna nas Relações Internacionais

Os pós-modernos valeram-se da crítica à civilização moderna elaborada por Nietzsche, sobretudo no que diz respeito à relativização da noção de verdade, à impossibilidade do conhecimento objetivo da realidade, à impraticabilidade da neutralidade axiológica (separação entre sujeito e objeto), e por fim, à rejeição de princípios reificados como a causalidade e a oposição. Assim sendo, a própria noção de ciência passou a ser objeto de análise e questionamento.

Essa ciência moderna se desenvolveu no pós-Revolução Francesa sob influência do iluminismo. Ela se propunha a valorizar o real, a verdade, a objetividade, a observação sistemática, a experimentação e uma linguagem que se pretendesse universal face àquilo considerado vago, impreciso e quimérico. Cabe ressaltar que por modernidade, entendemos aqui um conjunto de processos econômicos, políticos e culturais; um estágio da civilização humana caracterizado “pelo predomínio da racionalidade instrumental e pela autonomização e secularização das esferas de valores” (MADEIRA; SANTOS, 2000, p. 32). A ciência desenvolvida ao longo da modernidade, sobretudo a partir da filosofia de Kant, combinava elementos epistemológicos tanto empiristas quanto racionalistas.

O método positivista surgiu no âmbito das ciências humanas e sociais no século XIX com Auguste Comte. O positivismo defendia a ideia de que a realidade social poderia ser estudada tal como o mundo natural. Partia-se do pressuposto de que o mundo social seria dotado das mesmas regularidades que a natureza. Portanto, para compreender a sociedade deveríamos encontrar suas leis. Esse “naturalismo” que caracteriza o positivismo também deriva da pressuposição de que a ciência e a linguagem científica são universais. Em outros termos, acreditava-se que “as mesmas metodologias e epistemologias poderiam ser aplicadas à todas as áreas de pesquisa” (BARROS,

2006, p. 35). Ao mesmo tempo, para os positivistas o pesquisador poderia analisar a sociedade tal como um físico observa uma maçã cair da árvore; extraindo suas conclusões, isolando o fenômeno em partes e descrevendo suas causalidades. Nesse sentido, defendia-se que a subjetividade do pesquisador não “contaminaria” a realidade pois ele estaria numa posição neutra, separado dessa realidade, observando-a objetivamente.

Em contraponto à ciência positivista começaram a surgir trabalhos que, tal como Nietzsche, questionavam a ideia de uma razão única, de uma só ciência capaz de explicar a natureza e a sociedade. Os críticos da ciência moderna defendem que o ser-humano é dotado de especificidades, que não pode ser entendido somente como parte da natureza, assim sendo, torna-se necessária uma ciência específica para tratar do ser-humano. Os chamados “pós-positivistas” colocam em discussão os principais pressupostos do método positivista, a saber: “1. a crença na unidade da ciência; 2. a distinção entre fatos e valores; 3. a crença na existência de regularidades no mundo social; 4. e a crença na possibilidade de pesquisa real” (BARROS, 2006, p. 35).

As Relações Internacionais, enquanto campo de estudo, não passa incólume por esses questionamentos; uma série de teorias críticas àquelas positivistas começaram a surgir, sobretudo após 1990. O problema da metodologia positivista na perspectiva daqueles que a criticam, como bem destacam Nogueira e Messari (2005, p. 204), “é que o positivismo afirma que a interpretação do real proporcionada pelo método científico *é, de fato, real*”. No entanto, vimos que para Nietzsche a razão é apenas uma linguagem que utilizamos para interpretar o mundo, mas que não se confunde com ele; dessarte, não existe uma realidade externa ao indivíduo, da mesma forma que não há uma verdade universal “lá fora”, apenas interpretações da realidade e diferentes construções de verdade; em resumo:

Se a razão não tem um fundamento universal e estável sobre o qual assentar o processo de produção de conhecimento, não podemos afirmar que, em sua relação com o objeto observado, o sujeito possa apreender as características fundamentais que definem aquilo que é estudado, como algo externo, dotado de um existência independente e, portanto, passível de uma descrição objetiva, precisa e neutra (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 188).

Outra crítica feita ao método positivista diz respeito à sua epistemologia (mais ligada ao empirismo). Os pós-positivistas advogam que a epistemologia determina aquilo que pode ou não

ser estudado ontologicamente, ou seja, a epistemologia determina a ontologia, aquilo que deve ser entendido como realidade nas Relações Internacionais. O problema é que existem coisas que escapam da epistemologia empirista uma vez que nem sempre são observáveis. Do mesmo modo, a epistemologia racionalista tem como fundamento a metafísica, uma abstração que por vezes nos faz esquecer do mundo tangível.

Dentre as teorias pós-positivistas de Relações Internacionais, as teorias pós-modernas são, possivelmente, as que de modo mais veemente relativizam a existência de um fundamento sobre o qual o conhecimento possa se firmar. Essas teorias buscam desreificar pressupostos absolutamente fundamentais das teorias positivistas como por exemplo a noção de causalidade, neutralidade axiológica ou da própria existência de uma verdade unívoca (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

No entanto, uma vez assumido o pressuposto de que o conhecimento não tem uma base estável sobre a qual possa ser fundamentado e ainda, de que não podemos supor a materialidade objetiva da realidade social, seria então razoável concluir que qualquer tentativa de acessar ou produzir conhecimento sobre essa realidade se tornaria improficua? Alguns teóricos pós-modernos propuseram uma alternativa à essa questão. Se a produção de conhecimento sobre a realidade não é possível, a atenção deveria se voltar ao meio através do qual acessamos, interpretamos e produzimos essa realidade, ou seja, o discurso.

A virada linguística, tal como ficou conhecida, destacava a importância de compreender a realidade enquanto uma construção discursiva (BARROS, 2006). A partir de então a linguagem deixou de ser considerada elemento passivo entre sujeito e realidade (uma linguagem que apenas serve como meio de acessar e/ou interpretar a realidade), passando a ter um papel reconhecidamente ativo na constituição da realidade e do sujeito.

O debate sobre populismo é anterior à virada linguística, além disso, é importante salientar que Laclau (2001; 2018) não se interessa pelas Relações Internacionais, suas contribuições limitam-se à Ciência Política. Não obstante, poderíamos considerar que seus pressupostos epistemológicos o aproximariam dos teóricos pós-modernos das R.I's. Portanto, algumas das

questões atinentes ao populismo e à teoria do discurso laclauiana também estão presentes nas proposições teóricas pós-modernas de Relações Internacionais. Por exemplo: a noção de que não existe um fundamento estável sobre o qual o conhecimento possa se firmar, ou ainda, a defesa da impossibilidade da neutralidade axiológica (separação entre sujeito e objeto), a ideia de que a linguagem deve se tornar o foco da investigação sobre a realidade (uma vez que a realidade é reiteradamente interpretada e produzida por nós, seres-humanos; neste sentido, não existe uma realidade “lá fora”, apenas diferentes interpretações dela). Um dos pontos centrais do trabalho de Laclau (2001, p. 114) é a noção de que “a sociedade é impossível”, essa afirmação deriva da noção de que a totalidade e a realidade são impossíveis. Portanto, o foco da investigação deve ser direcionado à forma como essa realidade é interpretada por nós. Neste sentido, o discurso é entendido como o próprio terreno de constituição da realidade objetiva.

Semanticamente, o populismo ganhou uma conotação pejorativa, seja na linguagem popular seja na acadêmica. Esse conceito acabou caindo em descrédito em razão da reiterada tentativa de aplicá-lo a uma enorme variedade de experiências históricas, o que por sua vez, deixou o termo de certo modo impreciso na visão de parte dos pesquisadores. Neste sentido, as experiências populistas “são percebidas justamente como formas de manipulação popular levadas a efeito por líderes demagógicos, personalistas, carismáticos e corruptos” (MENDONÇA, 2017, p. 39). Por essa razão, muitos pesquisadores têm evitado o termo “populismo”, especialmente quando precisam categorizar governos ou regimes políticos com os quais simpatizam.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que a realidade não pode ser considerada um fundamento estável sobre o qual o conhecimento possa se firmar, compreender o populismo através de suas representações na realidade (sentido ôntico) seria incorrer em equívoco. Sobretudo porque, como destaca Laclau (2018, p. 9) “the more determinations are included in the general concept, the less that concept is able to hegemonize the concrete analyses”. Destarte, Laclau (2018) não considera que o populismo possa ser delimitado ou atribuído a apenas um fenômeno, mas que, ao invés disso, deva ser compreendido como uma lógica social cujos efeitos perpassam uma grande variedade de fenômenos. Nesse sentido, o problema com as abordagens anteriores atinentes ao populismo está precisamente em tomar o ontológico pelo ôntico, ou seja, tentar definir e explicar o populismo através de suas manifestações na realidade (ôntico), e não por si mesmo,

independentemente de suas manifestações (ontológico). As teorias anteriores não conseguiam lidar com a indeterminação e a virtualidade que caracterizam a realidade social.

Compreender o populismo em sentido ontológico é compreendê-lo discursivamente, ou seja, como resultado de uma articulação ou construção social e não como uma categoria definida aprioristicamente. Segundo Giuseppe Ballacci (2017, p. 4), uma das maiores contribuições de Laclau foi justamente “the deconstruction of the distinction between the ideological content of populism and its stylistic, discursive and performative form, by showing that the latter is not an extrinsic but a constitutive element of the former”.

Entretanto, Laclau (2018) não define o conceito de populismo tal como se define um vocábulo no dicionário; a construção da ideia de populismo vai se formando aos poucos na mente do(a) leitor(a) conforme segue a leitura. Dessarte, a noção de populismo construída ao longo de *On Populist Reason* de Ernesto Laclau (2018, p. 175) não resulta na “determination of a rigid concept to which we could unequivocally assign certain objects, but to the establishment of an area of variations within which a plurality of phenomena could be inscribed”.

Como já dito anteriormente, a partir dos pressupostos pós-modernos o foco das análises do mundo social recai sobre o discurso, ou ainda, sobre constituição discursiva da realidade social. Destarte, ao longo de sua empreitada, Laclau (2018) absorveu determinados conceitos que surgiram no âmbito da linguística e da psicanálise, de modo que toda sua teoria sobre o populismo tem como inspiração os trabalhos de autores como Saussure, Lacan, Freud e Derrida. É de algumas dessas influências que trataremos a seguir.

1.3.As influências da linguística e da psicanálise

Saussure, um importante estudioso do campo da linguística, define a linguagem como um sistema cujos elementos estão em constante interação. A língua, ou linguagem, é um sistema social que precede todo ato de fala (que é individual), trata das regras que regem a comunicação humana (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). Na visão desse autor, para decifrar esse sistema social que permite a comunicação, é necessário compreender seus fundamentos, sua estrutura e regras invariáveis². Tal como um jogo de xadrez tem suas regras, as quais todos os jogadores obedecem e conhecem antes mesmo de começar o jogo ou movimentar qualquer peça do tabuleiro, a língua também tem regras ocultas que regem toda a comunicação, independentemente de cada ato de fala.

A ideia de signo é muito importante para compreender a noção saussuriana de sistema linguístico (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). Os signos arbitrariamente nomeiam coisas, mas não as traduzem ou descrevem. Tomados isoladamente eles não têm valor algum, não produzem sentido; é somente em conjunto, em relação uns aos outros que esses signos produzem algum tipo de substância. Da mesma forma que os signos isolados não produzem sentido, os elementos que compõem os signos também não têm valor sozinhos.

Tal como uma moeda só pode existir com dois lados, um signo só pode existir quando, por exemplo, unimos fonemas que formam palavras (significantes) que, por sua vez, nos remetem a algum significado. Esses fonemas, no entanto, se tomados isoladamente não produziriam qualquer sentido, não teriam valor semântico. É somente quando engendramos uma relação entre significante e significado que os signos passam a existir e produzir algum sentido.

Por fim, os signos somente existem e produzem sentido quando em relação uns com os outros. Por exemplo, o signo “filho” correlaciona-se com outros signos como: “família”, “pai”, “mãe”, “lar”. Percebe-se que há uma relação entre estes signos, todos parecem pertencer a um tipo de cadeia semântica. Ao mesmo tempo, sabemos que ser “filho” significa não ser “prima”, “mãe”, “vizinho”; nesse caso, a relação entre os signos é diferencial. Percebe-se que os signos têm um

² É importante adiantar que Laclau critica a ideia de que as estruturas possuam um fundamento, um conjunto invariável de regras que as regem, uma essência. Na perspectiva pós-estruturalista, as estruturas são contingentes parciais e socialmente constituídas.

caráter relacional negativo, ou seja, não podemos saber o significado isoladamente do signo “filho”; é somente na relação com outros signos que esse significado surge. Laclau (2018) utiliza essas categorias para descrever as formas de constituição da realidade social, uma dessas formas seguindo a lógica da equivalência e a outra seguindo a lógica da diferença (ambas serão abordadas mais adiante).

É importante salientar que, tanto para Saussure quanto para Lacan, que vem da psicanálise, existe uma arbitrariedade entre significante e significado. Ou seja, há uma certa infixidez na relação entre ambos. Por exemplo, o significante “filho” pode, e possivelmente irá remeter a muitos outros significados. Lacan vai ainda mais além ao afirmar que a inadequação não se dá somente entre significante e significado, mas entre os significantes e as coisas, entre os significantes e a realidade (FÜHR; JUNIOR; KIST, 2017). Pois, por exemplo, através do recurso das figuras de linguagem, o significante “pé” pode ser associado à outros significantes produzindo ainda mais significados (pé-de-meia; pé-rapado; pé da mesa; pé de cabra; pé de vento; pé do ouvido...). A vasta inventividade humana no que diz respeito à linguagem é o que vetoriza o distanciamento entre as coisas e as palavras, entre significante e significado.

Segundo a lógica lacaniana, é como se houvesse um mundo das coisas, e o mundo das palavras, dos conceitos; em consonância também com a lógica nietzschiana (de um lado, a metafísica e de outro a realidade, a natureza). Entretanto, isso não significa que exista uma relação de exclusão entre o mundo das palavras e a realidade humana pois a realidade humana/social é parte desse mundo de conceitos, nomes e discursos. A realidade que Laclau visa compreender é justamente essa dos discursos, caracterizada pela indeterminação e pela virtualidade. Toda a realidade humana é constituída através do discurso.

Não obstante, dizer que a realidade humana é discursiva não significa ignorar a materialidade das coisas, negar que exista uma realidade para além da cognição humana. Por exemplo, dizer que a realidade é discursiva, não significa dizer que as pedras não existam além do mundo discursivo, mas sim que a ideia de pedra na realidade humana é constituída através de um processo constante de identificação e diferenciação. Neste sentido, são os seres-humanos quem

estabelecem, discursivamente, o que são, quais as diferenças ou semelhanças, bem como os valores e propriedades que definem o rubi, a esmeralda, a pedra-sabão, o cascalho e o diamante.

Lacan (1998 *apud* FÜHR; JUNIOR; KIST, 2017) traz a noção de que os significantes só produzem sentido quando em relação à outros significantes e que estes não remetem a outros significados, mas primeiramente a outros significantes. O sentido decorre desse processo de significação entre significantes, cujos significados originados são os mais variados e plurais. De Saussure (2006 *apud* FÜHR; JUNIOR; KIST, 2017) ficam para a teoria do discurso de Laclau as noções de sistema e signo linguísticos.

Cabe lembrar, contudo, que seguindo a linha pós-estruturalista, sobretudo por influência do filósofo argelino Jacques Derrida (1930-2004), Laclau (2001, 2018) critica a ideia de que o sistema linguístico tenha um fundamento invariável, um conjunto de regras fixas que regem a comunicação humana. O pós-estruturalismo não coloca em xeque a existência de estruturas, mas questiona a atribuição apriorística de fundamentos ou quaisquer tipos de essências a elas. Neste sentido, a ideia de sociedade, enquanto estrutura do social, se torna impossível para Laclau. Toda estrutura passa a ser considerada uma forma de organização contingente e precária que resulta de determinadas práticas articulatórias.

Laclau (2001, 2018) traz para a o campo da política, conceitos, análises e questões tratadas anteriormente pela linguística e pela psicanálise. Dessarte, tal como os signos decorrem da relação engendradora entre significante e significado, as noções do que sejam ator político, interesse, identidade, sociedade, hegemonia e populismo serão tratadas através de uma ótica discursiva, uma vez que tratam de signos, fenômenos e estruturas que fazem parte da vida humana em sociedade, da vida política.

1.4.O Populismo e a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau

Antes de tratarmos do populismo propriamente dito, faz-se necessário clarear o sentido de alguns dos diversos conceitos trabalhados por Laclau. Começaremos pelo discurso que, segundo o autor, é ao mesmo tempo palavra e ação, é material e não ideal; o discurso nada mais é do que o terreno de constituição da realidade objetiva (LACLAU, 2018). Essa realidade é constituída graças à infixidez entre significante e significado; quaisquer elementos, identidades, interesses, estruturas são constituídos no âmbito do discurso. A noção de discurso desconstrói as ideias essencialistas de sociedade, sujeito, identidade, totalidade e interesse. Neste sentido, para Laclau, os elementos não existem antes da prática discursiva, mas são constituídos através dela. O discurso, dessarte, é a articulação desses elementos numa constante lógica de diferença e equivalência (tal como a constituição dos signos é relacional e negativa, numa constante tensão entre identidade e diferença). Essa tensão entre diferença e equivalência é encontrada na totalidade (que é sempre contingente e precária) e ao mesmo tempo é o que constitui toda identidade (LACLAU, 2018). Neste sentido, “o discurso constitui relações sociais na medida em que estas são significadas em termos discursivos” (MENDONÇA, 2014, p. 82). Portanto, é necessário compreender como se dá essa produção do social.

Laclau (2018) preconiza que para compreender a dinâmica de produção do social é necessário começar pela menor categoria de análise; as chamadas demandas sociais. É a partir delas que a dinâmica da disputa pela produção de sentidos no espaço social se verifica. No entanto, é válido salientar que as demandas também são resultado de práticas articulatórias e que mesmo quando se fala em grupo de demandas ou de demandas individuais, é importante lembrar que “não se trata, pois, de trabalhar a partir de indivíduos ou grupos já constituídos, mas sim de compreender esses últimos como efeitos de articulações discursivas” (LINHARES; MENDONÇA; RODRIGUES, 2017, p. 32).

As demandas sociais podem aparecer de três diferentes maneiras: 1) podem não ser atendidas institucionalmente e, por consequência, articularem-se constituindo elos em determinada cadeia de equivalências; 2) podem não ser atendidas e permanecerem isoladas de qualquer processo articulatório e ainda; 3) podem ser atendidas institucionalmente pelo sistema, fazendo parte de uma lógica diferencial (NASCIMENTO, 2015).

Ademais, as demandas podem dividir-se em democráticas (atinentes à lógica da diferença) ou populares (atinentes à lógica da equivalência). Tanto a lógica diferencial quanto a lógica equivalencial são, segundo Laclau (2018), as duas possibilidades de construção do social. A primeira é caracterizada por um espaço social homogêneo, cujas demandas são atendidas institucionalmente, por isso as demandas permanecem isoladas entre si; a lógica diferencial é aquela da expansão da complexidade social, de ampliação da quantidade de posições e particularidades que podem ser combinadas no espaço político. A segunda refere-se à um espaço social marcado pela divisão, pelo antagonismo entre grandes cadeias de equivalências cuja formação se deve à aliança entre demandas não atendidas institucionalmente; a lógica equivalencial é, pois, aquela da simplificação do espaço social, de redução da quantidade de posições que podem ser combinadas e da redução relativa da autonomia das demandas em suas particularidades.

As demandas democráticas são aquelas que, satisfeitas ou não, encontram-se isoladas umas das outras, ou seja, não mantêm relações entre si. As demandas democráticas são aquelas que não estão articuladas equivalencialmente, de sorte, a lógica da diferença prevalece. Em contrapartida, as demandas populares são aquelas caracterizadas pela prevalência da lógica da equivalência. As demandas que anteriormente não tinham relações entre si articulam-se em torno de um ponto nodal (significante tendencialmente vazio), a partir de então, passam a integrar uma cadeia de demandas equivalentes, constituindo uma subjetividade coletiva mais ampla. Neste sentido, “the only alternative to a demand being articulated within an equivalential chain is that it is differentially absorbed, in a non-antagonistic way, within the existing symbolic system” (LACLAU, 2018, p. 129). Isso significa que cada demanda que constitui a cadeia de equivalências é diferente uma da outra. Assim sendo, o que constitui a equivalência entre elas é a oposição que elas têm em comum a um determinado discurso que lhes é externo. Uma demanda só é incorporada à cadeia de equivalências se suas particularidades não se chocam com as outras demandas que já constituem a cadeia e, ao mesmo tempo:

Para que existam equivalências, os conteúdos semânticos dos discursos não podem ser idênticos, é preciso que exista um elemento particular. Nesse sentido, a principal consequência da heterogeneidade para a lógica política consiste na compreensão de que o campo político possui uma complexidade que jamais poderá ser sintetizada (BARON; LINHARES, p. 202-3, 2020)

Ainda no que se refere à articulação das demandas, vale ressaltar que ela “resulta inexoravelmente na modificação de suas identidades, ou melhor, numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. O resultado da prática articulatória é o discurso” (MENDONÇA, 2014, p. 84). A identidade de um povo, nesse sentido, só pode ser constituída no âmbito do discurso, por meio de práticas articulatórias.

Uma vez esclarecidas as diferenças entre as duas possibilidades de constituição do social (diferencial e equivalencial), colocamos a seguinte questão: O que faz as demandas democráticas se tornarem populares? Em outros termos; como se dá a prevalência da lógica da equivalencial em relação à diferencial? Essa prevalência só é possível de ser analisada se isolarmos as demandas que fazem parte de um determinado processo equivalencial e ignorarmos aquelas que ficaram de fora desse processo de significação. Contudo, a articulação das demandas populares e o surgimento da cadeia de equivalências se dá em contraponto à outra(s) demanda(s), que por sua vez também se articulam segundo uma lógica equivalencial (num âmbito interno) e diferencial (num âmbito externo). É justamente o antagonismo a esse exterior constitutivo que suscita o desenvolvimento de laços, de equivalências entre as demandas anteriormente isoladas. Esse antagonismo pode se dar em relação a um discurso hegemônico operacionalizado por um significante tendencialmente vazio. Neste sentido, para Laclau (2018) são as demandas populares aquelas que possibilitam a constituição do povo. Assim sendo, o antagonismo é condição essencial para a construção da ideia de povo.

Além do discurso e das demandas populares e democráticas, outro conceito sem o qual não poderíamos prosseguir é o de significante vazio. Sabemos que “um significante vazio somente se constitui na interrupção ou na quebra de processos de significação” (FÜHR; JUNIOR; KIST, 2017, p. 79). A quebra do processo de significação ocorre quando há a prevalência da lógica equivalencial em detrimento da diferencial e, além disso, quando um determinado elemento adquire centralidade e passa a representar todos os demais elementos de uma determinada cadeia

de equivalências. Diz-se que esse elemento (significante vazio) que pretende representar os demais passa por um processo de sobredeterminação, ou seja, ele tenta representar o irrepresentável, suturar uma ordem, homogeneizar o espaço social que é por si só heterogêneo. Em suma, o significante vazio busca resumir todos os demais elementos associados numa determinada cadeia de equivalências. A ideia é a que por tentar representar tanta coisa, acaba por esvaziar-se de sentido, representando uma totalidade construída, parcial e contingente. “O papel semântico de um significante vazio é justamente funcionar como nome de uma plenitude que é constitutivamente ausente” (NASCIMENTO, 2015, p. 32). A ideia de nomear é central pois o nome constitui, expressa e se torna a própria cadeia de equivalências. Ele é a objetivação do vazio.

Quando dizemos que a ordem social é contingente, queremos dizer que qualquer elemento, teoricamente, pode alcançar a centralidade na cadeia de equivalências, o que torna difícil prever qual demanda especificamente irá desempenhar o papel de representar os demais. Destarte, é impossível determinar *a priori* uma identidade qualquer pois há uma enorme quantidade de elementos e sentidos sendo incorporados (ou mesmo perdidos) ao longo de uma cadeia de equivalências.

A noção de parcialidade, por sua vez, está relacionada à relação antagônica que uma cadeia de equivalências tem com seu exterior constitutivo (outra cadeia de equivalências); esse exterior constitutivo é ao mesmo tempo, causa e impossibilidade da constituição plena do discurso hegemônico. Segundo Laclau (2018, p. 70) a totalidade social é ao mesmo tempo impossível e necessária, primeiramente impossível porque a tensão entre equivalência e diferença é intransponível e, por fim, necessária, porque sem algum tipo de sutura, por mais precária que possa ser, não haveria processo de significação e, portanto, não haveria identidade.

Nesse sentido, quando Laclau e Mouffe (2001, p. 114) afirmam que “a sociedade é impossível” estão partindo do pressuposto de que toda totalidade social é caracterizada pela constante tensão entre diferença e equivalência, pela heterogeneidade, pela ausência de uma plenitude (que é sempre metafísica), pela impossibilidade de constituir-se objetivamente como “total”. Essa impossibilidade, se dá, sobretudo, porque os elementos articulados entre si estão em constante disputa pela produção de sentidos no espaço social e, mesmo que um determinado

elemento assuma o papel sinedóquico de representante da totalidade social, esse papel é ineficaz, contingente e sempre ameaçado pelas articulações que o contrapõem.

É importante salientar, contudo, que as lógicas da equivalência e da diferença nunca subjagam por completo uma à outra; na verdade, uma é condição da outra. A condição para o surgimento de equivalência entre as demandas é que essas continuem sendo demandas em suas particularidades, que elas sejam não idênticas. Do mesmo modo, sem a lógica da equivalência, não seria possível diferenciar as demandas em conjunto, qualquer tentativa de sutura parcial da ordem social seria impossível.

Em resumo, a constante tensão entre as lógicas equivalencial e diferencial é o que torna a plenitude social impossível. Uma cadeia de demandas equivalentes pode surgir em oposição ao discurso hegemônico (que por sua vez também é resultado de outro processo articulatório), ou seja, é justamente essa oposição ao discurso hegemônico que suscita a articulação entre demandas que anteriormente estavam isoladas. Destarte, uma ordem hegemônica (discurso antagonizado) nunca é plena, pois está sempre sob possível ameaça ou contestação de discursos que a antagonizam. Ao mesmo tempo que o discurso antagonico significa a impossibilidade do estabelecimento pleno da ordem hegemônica vigente (discurso antagonizado), essa mesma ordem hegemônica é condição da constituição da cadeia de demandas equivalentes que a antagoniza, pois suscita a articulação entre essas demandas. O laço que liga as demandas na cadeia de equivalências é precisamente o antagonismo a esse exterior constitutivo, à ordem hegemônica.

Além disso a impossibilidade da constituição completa e objetiva da plenitude social possibilita que determinados elementos busquem cumprir o papel de suturar e/ou preencher essa ausência de plenitude, ainda que de forma parcial e contingente (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). Os significantes tendencialmente vazios são aqueles significantes que, através de um processo de sobredeterminação assumiram o papel de representar a totalidade, de homogeneizar a heterogeneidade social (processo denominado “operação hegemônica”). O significante vazio se faz necessário uma vez que o antagonismo, por si só, não consegue garantir a manutenção da ordem hegemônica e, como a cadeia equivalencial não possui identidade positiva própria, o significante vazio cumpre o papel de nomear e constituí-la (NASCIMENTO, 2015).

Tomemos como exemplo o caso de um país cuja população elegeu um governo autoritário. Primeiramente, uma série de elementos devem ter sido interpelados em torno de um significante tendencialmente vazio em específico. Várias demandas insatisfeitas articularam-se formando uma cadeia de equivalências e, o que essas demandas encontram em comum umas com as outras é precisamente o fato de não serem satisfeitas e atendidas institucionalmente pela lógica diferencial. Dentre essas demandas insatisfeitas, uma em específico começa a adquirir centralidade e assim se sobrepõe. Quanto mais demandas esse significante tendencialmente vazio consegue interpelar e incorporar, mais esvazia-se de significado; as demandas incorporadas, em contrapartida, passam a se reconhecer nesse significante tendencialmente vazio.

O discurso que adquire centralidade na cadeia de equivalências é aquele que “é capaz de significar os fenômenos/interlocutores a que se dirige, de modo a oferecer-se como uma superfície de inscrição de diferentes demandas em resposta a um desafio, uma crise ou uma ameaça percebida” (BURITY, 2014, p. 68). No caso, um discurso autoritário pode interpelar uma série de outras demandas insatisfeitas, constituindo, portanto, uma subjetividade coletiva mais ampla frente àquilo que consideram desafios e/ou ameaças que são também discursivamente constituídos³.

O polo antagônico é, ao mesmo tempo, condição de existência e impossibilidade de constituição plena do discurso hegemônico. É condição de existência pois, o discurso hegemônico se constitui como contraponto àquilo que é percebido como uma ameaça, crise ou desafio, ou seja, em contraponto ao seu antagônico. Ao mesmo tempo, o discurso antagônico representa a impossibilidade de que o discurso hegemônico consiga representar a totalidade no que diz respeito à produção de sentidos no espaço social pois, as mesmas condições que possibilitam a ascensão de um discurso autoritário (através da formação de uma cadeia de equivalências em torno de um significante vazio) estarão presentes na formação do discurso antagônico que se constituirá frente àquele autoritário. Pode ser precisamente o fato de o discurso autoritário tentar sempre impedir a constituição de um polo antagônico que fomente seu surgimento.

³ Por exemplo: a corrupção, a impunidade, uma crise econômica, determinadas políticas sociais, partidos políticos, atores sociais, ideologias...

Assim sendo, o populismo tal como entendido por Laclau (2018), é uma lógica social, uma forma de produção da realidade política caracterizada pela prevalência da lógica da equivalência. Em alguma medida a política é sinônimo de populismo mas nem “todos projetos políticos são igualmente populistas; isso depende da extensão da cadeia equivalencial unindo as demandas” (LACLAU, 2018, p. 154, tradução minha). Nesse sentido, o populismo, para Laclau (2018), constrói uma fronteira separando o povo do poder, duas grandes cadeias de equivalências; sendo o povo aquela cadeia cujas demandas não foram atendidas institucionalmente, ou seja, pelas demandas que não foram atendidas por aqueles que ocupam o poder. Deste modo, o povo surge como contraponto ao poder, como antagonista ao discurso hegemônico.

O populismo é o nome dado à essa lógica de produção do social caracterizada pela dinâmica de divisão do espaço político em duas grandes cadeias discursivas antagônicas, constituindo uma fronteira entre o “povo” e o “outro”. O populismo é uma lógica de simplificação do espaço social na medida em que nomeia, resume e tenta suturar a realidade social cuja plenitude é constitutivamente ausente. Nesse sentido, “o nome que engendra a unidade de uma formação discursiva não tem uma identidade positiva própria. Trata-se simplesmente da objetivação de um vazio, a impossibilidade da completude do social” (NASCIMENTO, 2015, p. 32). O ato de atribuir um nome à cadeia de demandas é central uma vez que o nome a expressa e a constitui.

É justamente pelo fato de o populismo ser uma lógica política não essencialista que qualquer demanda pode se tornar um significante vazio, passando a representar toda a cadeia de equivalências da qual faz parte. Neste sentido, tanto uma demanda autoritária quanto uma demanda de caráter democrático têm chances de se tornar significante vazio de uma determinada cadeia equivalencial. Este aspecto é o que traz maior dificuldade para as teorias que tentaram definir o populismo enquanto uma categoria ôntica, ou seja, que levaram em consideração as mais variadas manifestações na realidade do populismo enquanto fenômeno.

Ademais, apesar de o populismo pressupor a formação de fronteiras bem definidas entre o povo e o poder, entre duas cadeias equivalenciais, ou ainda, entre dois discursos antagônicos; tais fronteiras nem sempre são tão estáveis e bem definidas. As fronteiras são fluidas, porosas e podem se deslocar, partindo-se do pressuposto de que o social é heterogêneo, complexo e caracterizado

pela constante tensão entre diferença e equivalência. Assim sendo, supor que as fronteiras entre diferentes cadeias de significação são fluidas ou porosas significa dizer que determinados significantes podem transitar entre elas ou, nas palavras de Laclau, “flutuar”. Os significantes flutuantes, dessarte, são aqueles que podem estar presentes em mais de um processo de significação simultâneo, ou mesmo estar apartado de qualquer cadeia equivalencial. São, portanto, significantes que operam em diferentes dimensões. Com a noção de que as fronteiras entre discursos antagônicos são fluidas, Laclau (2018) deixa claro que o antagonismo não é inerente às relações sociais e à política *per se*, mas sim que ele pode ser estabelecido através de práticas articulatórias. Neste sentido, tanto o antagonismo quando a existência dos significantes flutuantes também são decorrência da heterogeneidade do social.

O populismo é uma lógica política que emerge “do fracasso da política e das instituições sociais”, cujo objetivo é “corrigir os problemas políticos a partir da verdadeira representação do povo contra o poder que lhe foi negado” (NASCIMENTO, 2015, p. 66-67). Essa é uma visão sintomática do populismo, trata-se de uma perspectiva que enxerga o populismo enquanto um sintoma da democracia representativa. É válido salientar, entretanto, que o populismo não nega a democracia representativa, ele apenas indica que essa representação está sendo feita de modo inadequado, falho.

Nesse sentido, a figura de um líder pode funcionar como significante vazio, como aquele que pode interpelar diferentes demandas, colocando-se como a resposta aos mais diversos desafios e/ou ameaças à cadeia equivalencial da qual faz parte. Para Laclau, a identificação com o líder decorre da percepção de qualidades compartilhadas que as pessoas desenvolvem em relação àquele líder, em relação ao significante vazio (LACLAU, 2018, p. 53). Em outros termos, a identificação com o líder no âmbito de uma determinada cadeia equivalencial “depende das características que ele compartilha com aqueles que se supõe que deve liderar” (NASCIMENTO, 2015, p. 75-76).

Tal como um signo só produz sentido quando em relação a outros signos, e que um significante só produz significado quando posto em relação a outros significantes, a identidade de um povo é produzida através de uma lógica política caracterizada pelo antagonismo entre diferentes cadeias de significação, numa constante disputa pela produção de sentido (parcial e

contingente). Tratando-se de uma lógica populista, uma dessas cadeias será aquela hegemônica e a outra aquela que contrapõe tal hegemonia. Uma vez bem-sucedida a operação hegemônica de uma determinada cadeia equivalencial, essa cadeia terá como objetivo impedir e/ou evitar a concretização de uma determinada identidade política (aquela que a antagoniza), ao mesmo tempo que constrói uma outra. Em suma, o populismo é a lógica política de construção do povo, da construção de uma identidade coletiva, uma identidade parcial e contingente; mas que nem por isso deixa de ser material. O populismo é, portanto, uma lógica política que opera na base da identificação do não idêntico.

2. CAPÍTULO II – O QUE É O PUTINISMO?

2.1.O conceito e suas principais abordagens

No decorrer de parte da história a Rússia esteve, de fato, distante do mundo ocidental, sobretudo política e culturalmente. Como durante o século XV (razão pela qual a Rússia não compartilhou do renascimento, da reforma protestante ou mesmo da revolução científica) e durante o regime soviético (1922-1991). Além disso, parte da historiografia destaca que desde o início da formação do Estado russo, que coincide com o domínio mongol (1300-1480), até os dias de hoje, a Rússia tem uma longa tradição autocrática, com governos fortes, centralizadores e resistentes à ideia de democracia liberal (BUSHKOVITCH, 2015; POMERANZ, 2018).

O escopo deste trabalho, no entanto, consiste em discutir o atual governo russo, chefiado por Vladimir Putin. A figura do atual presidente russo é um tanto quanto emblemática e controversa. Seu avô paterno, Spiridon Ivanovich Putin, foi cozinheiro de Lenin e Stalin. Putin aceitou um convite para trabalhar na KGB (Agência de Segurança da União Soviética) enquanto ainda cursava o quarto ano de Direito na Universidade Estatal de Leningrado, atual São Petersburgo (SAKWA, 2008). Na KGB, Putin trabalhou na Alemanha Oriental de 1985 até a queda do muro de Berlim. Foi ainda durante o curso de Direito que Putin se tornou amigo do professor Anatoly Sobtchak que, por sua vez, transformou-o em seu braço direito quando foi eleito prefeito de São Petersburgo (1991-6). Após um tempo trabalhando na prefeitura de São Petersburgo, ofereceram a Putin um cargo no Kremlin para trabalhar na FSB (Serviço de Segurança Federal, órgão que sucedeu a KGB após o fim da União Soviética) (ZYGAR, 2018; MYERS, 2018).

A velocidade da ascensão de Putin foi incrivelmente rápida, levando-se em consideração o início das suas atividades na KGB, passando para a FSB também sua atuação na prefeitura de São Petersburgo. Mas o fato é que Putin sucedeu Boris Yeltsin como presidente interino após a renúncia deste em dezembro de 1999, sendo oficialmente eleito presidente da Federação Russa nas eleições de março do ano seguinte. Desde então, Putin tem estado à frente do governo russo, seja enquanto presidente ou primeiro-ministro (2008-2012). A proeminência do líder russo é tamanha que passou a chamar a atenção e suscitar as mais diversas e ambíguas opiniões mundo afora.

Talvez a definição mais direta e concisa do que seria o putinismo seja a de Steven Fish (2017). Esse autor define o putinismo como uma autocracia “conservadora, populista e personalista” (FISH, 2017, p. 61). Nesse sentido, para o autor, o populismo seria um regime conservador por ser avesso a qualquer tipo de instabilidade, por considerar o *status quo* como algo quase sagrado. Esse conservadorismo é tanto moral quanto econômico e político. Além disso, o conservadorismo, sobretudo moral, encontra base de sustentação em parte da sociedade russa, o que fundamenta o posicionamento antifeminista e anti-LGBT do governo. Boa parte dos russos guarda um forte apreço pela estabilidade, dessarte, de acordo com Fish (2017), o populismo de Putin encontra sustentação nesse conservadorismo.

Marcel van Herpen (2013), por sua vez, em seu livro “*The slow rise of a radical right regime in Russia*”, compara o governo de Vladimir Putin com alguns dos principais regimes fascistas da história a fim de apreender as principais semelhanças e diferenças entre estes e aquele. Para o autor o putinismo é um regime cleptocrático e autoritário que combina elementos que vão desde o populismo, Bonapartismo, ultranacionalismo, militarismo, neoimperialismo e o fascismo.

Talvez o principal questionamento colocado por Herpen (2013) nesse trabalho seja o seguinte: seria a Rússia um regime fascista não consolidado? A resposta não é tão objetiva pois, apesar de apresentar elementos fascistas, o criptoimperialismo de Vladimir Putin (como coloca o próprio autor) busca manter alguma legitimidade e legalidade ao governo pois sabe que assumir abertamente o rótulo ultranacionalista significaria enfrentar uma forte oposição internacional, o que, por sua vez, poderia frustrar os objetivos do regime.

Ao caracterizar o regime do presidente russo, Herpen (2013) concentra-se na promoção a um certo culto à imagem de Putin levada a cabo pelo Kremlin. O autor traça um paralelo entre a propaganda promovida pelo Kremlin e aquela de Benito Mussolini na Itália. Dois elementos que aparecem com regularidade na propaganda dos regimes fascistas são destacados pelo escritor; o primeiro deles é a promoção da imagem do homem viril, da masculinidade e da força física; o segundo é o fascínio pela velocidade e pelos modernos meios de transporte. Não é difícil encontrar imagens do presidente russo praticando esportes, pilotando carros, aviões, atirando, enfim, Putin é sempre retratado como um homem viril, forte, poderoso e atlético.

Além disso, Herpen (2013) chama a atenção ao fato de o putinismo não ser linear ou regular ao longo do tempo; o putinismo é dinâmico. Há uma diferença entre os dois primeiros mandatos do presidente, sua atuação enquanto primeiro-ministro, e novamente, seu atual governo que se iniciou em 2012 (essas diferenças serão abordadas mais adiante). O livro do russo Mikhail Zygar (2018), a exemplo disso, está dividido em três partes⁴ que correspondem às diferentes fases do governo Putin. Essas fases correspondem, respectivamente, ao primeiro, segundo e terceiro mandatos do presidente russo.

Outra contribuição importante de ser mencionada é aquela de Brian D. Taylor (2018) com o livro “*The code of Putinism*”. Diferentemente de outros até aqui mencionados, esse pesquisador parte de uma perspectiva weberiana ao tentar fugir das abordagens que tomam o governo e seus membros como uma instituição formada por seres absolutamente racionais, sensatos, guiados por um senso lógico irrefreável. Sua argumentação, nesse sentido, parte do princípio de que as ações humanas não são guiadas somente pela razão, pelo interesse e pelo pragmatismo. Destarte, para o autor, o enfoque na racionalidade não ajuda a apreender as reais especificidades de um governo em relação a outro (partindo-se do pressuposto de que os seres-humanos são racionais por natureza); principalmente considerando-se um regime altamente centralizado como o russo, no qual as decisões do presidente e demais membros do governo são da maior relevância para o país como um todo.

Tendo isso em vista, o autor considera importante buscar aqueles aspectos menos objetivos que, da mesma forma, motivam e informam a ação humana. Assim, muito do que fazemos, das decisões que tomamos são irrefletidas e espontâneas. Por isso, Taylor (2018) defende o papel das ideias (valores), das emoções (afetos) e dos hábitos (tradição) para melhor capturar as idiosincrasias do putinismo, aquilo que ele chama de o “código” do putinismo.

No que diz respeito ao papel das ideias, os principais aspectos elencados são o estatismo (alto grau de centralização do poder), o antiocidentalismo e, por fim, o antiliberalismo ou conservadorismo. Quanto ao estatismo, Taylor (2018) destaca que o putinismo defende um Estado fortemente centralizado, a quem os cidadãos devem servir (e não o contrário). Dessarte, considera-

⁴ Putin I, Coração de Leão; Putin II, O magnífico; e por fim, Putin, O terrível

se que as questões relativas ao Estado têm primazia em relação àquelas da sociedade ou dos indivíduos. Contudo, não basta ser um Estado centralizado, a Rússia deve ser um Estado forte e, nesse sentido, o putinismo almeja restaurar o *status* de grande potência que desfrutava a antiga União Soviética.

O Ocidente, por sua vez, aparece como um rival que está sempre a tentar sabotar ou prejudicar a Rússia de algum modo. A principal ferramenta utilizada pelo Ocidente atualmente para desestabilizar a Rússia, de acordo com Putin e os demais membros do governo, são as “revoluções coloridas⁵”, tal como aconteceram na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão. É em razão dessa desconfiança que a Rússia deve buscar ser um Estado forte, capaz de resistir às investidas estrangeiras contra a sua soberania (TAYLOR, 2018). Nesse sentido, a Rússia desenvolveu o conceito de “democracia soberana” como contraponto à democracia liberal defendida por grande parte dos países do Ocidente.

Por fim, o antiliberalismo russo também está relacionado com o estatismo pois tem como objetivo enfatizar a primazia da coletividade, do Estado em relação às liberdades individuais. Além disso, tem uma perspectiva mais cética, menos positiva quanto a natureza humana, priorizando a tradição, a ordem, a religião ao invés das transformações da modernidade.

No que diz respeito aos hábitos, Taylor (2018) ressalta que o putinismo preza pelo controle e pela ordem, pela unidade, lealdade, bem como pela hipermasculinidade. O desejo pelo controle está muito relacionado com o passado do presidente e de seus colegas da KGB. Os *siloviki*, grupo formado por juristas, ex-agentes da segurança soviética são os mais proeminentes quando se trata da defesa da ordem e do absoluto controle do Estado sobre a sociedade.

De acordo como pesquisador, a possibilidade de alternância entre os polos de poder é tida como uma ameaça pelos *siloviki* e por Vladimir Putin. As massas são consideradas ignorantes, manipuláveis, o que faz do controle uma ferramenta necessária para a manutenção do *status quo*; de modo a evitar a barbárie, a desordem e o caos. Para o putinismo, manifestações populares não

⁵ As “revoluções coloridas” serão tratadas mais adiante ainda neste capítulo.

acontecem de forma espontânea ou por mera insatisfação popular. Do contrário, são sempre provocadas por alguém, geralmente por algum agente externo (TAYLOR, 2018).

Quanto à unidade, ou ao antipluralismo, o putinismo mais uma vez defende a primazia do Estado, da unidade nacional frente às liberdades individuais. Esse desejo por unidade se expressa com bastante clareza no que diz respeito ao sistema político-partidário do país, dominado pelo partido de Putin (Rússia Unida).

A questão da lealdade, por sua vez, se refere ao próprio presidente Vladimir Putin. Em um país onde as instituições, os vínculos institucionais se mostram fracos historicamente, as relações informais e demonstrações de lealdade se tornam imprescindíveis (TAYLOR, 2018). Nesse sentido, a lógica do putinismo opera na base do “ou está conosco, ou contra nós”.

Por fim, a hipermasculinidade também está associada a figura do presidente, seguindo a mesma linha do que argumenta Marcel van Herpen (2013) quanto ao culto a imagem de Vladimir Putin promovido no país. Entretanto, na perspectiva de Taylor (2018), a hipermasculinidade atribuída ao presidente é uma construção que afeta a forma como ele próprio enxerga a política, o mundo e o papel da Rússia nele. Para o putinismo, a hipermasculinidade do presidente colabora com a ideia de fazer da Rússia uma grande potência mundial, de modo recuperar a proeminência global do país e reconquistar o respeito da comunidade internacional.

O último elemento do “código” do putinismo tratado por Taylor (2018), refere-se aos afetos, às emoções. O autor destaca três aspectos: a busca por respeito, o ressentimento, e a sensação de vulnerabilidade. Primeiramente, o desejo por respeito parte da ideia de que a Rússia teria sido humilhada, desrespeitada, frustrada e injustiçada pela comunidade internacional, sobretudo pelo Ocidente; o que, por sua vez despertou certo ressentimento por parte da elite política russa. Dessarte, um certo revanchismo se manifesta como parte desse ressentimento russo para com o mundo.

Por fim, a sensação de vulnerabilidade parte do medo, receio e desconfiança do governo russo em relação às mudanças, reformas e à desordem. Nesse sentido, tanto as revoluções coloridas

quanto a primavera árabe de 2011, intensificaram essa sensação de vulnerabilidade. O cerne dessa questão é que o putinismo enxerga com ceticismo aqueles governos ou instituições que funcionam sem um gerenciamento mais próximo e íntimo, por isso os vínculos informais e a lealdade são questões absolutamente importantes para Vladimir Putin.

2.2.A ascensão de Vladimir Putin

As reais razões pelas quais Putin foi escolhido como sucessor de Ieltsin ainda é um tema bastante polêmico na literatura (POMERANZ, 2018). A popularidade de Boris Ieltsin havia despencado durante seu segundo mandato, tornando-se difícil a indicação de um sucessor que pudesse ser aprovado pela população naquele momento. Até mesmo os apoiadores de Ieltsin o haviam abandonado; eram tão poucos que começaram a ser conhecidos como “a Família” (MYERS, 2018; ZYGAR, 2018; POMERANZ, 2018).

Essa Família foi o passaporte de Putin para o Kremlin. Não obstante, aqueles que decidiram indicar o nome de Putin para a presidência também pouco sabiam sobre ele. O fato é que Vladimir Putin foi apresentado a Boris Ieltsin como a melhor alternativa naquele momento por Piotr Aven e Boris Berezovski (ambos grandes oligarcas do país) (ZYGAR, 2018).

O fim da União Soviética foi marcado por diversos problemas de ordem econômica e social. A perestroika implementada por Gorbachev havia deixado de herança uma crise de consumo e investimento (sobretudo em função da Lei sobre a Empresa Estatal⁶ de 1987 cuja consequência foi um aumento da renda em detrimento do investimento, seguido por um aumento da demanda não correspondida pela oferta de bens de consumo). Em razão disso, algumas medidas foram implementadas a fim de tentar melhorar a cenário econômico do país; a primeira delas foi a chamada “Terapia de Choque⁷”.

⁶ A Lei sobre a Empresa Estatal alterou a dinâmica da planificação econômica soviética; a lei determinava que a partir de então, as decisões atinentes à distribuição de salários e investimentos ficariam a cargo da própria empresa, não mais do Estado.

⁷ A Terapia de Choque consistia na aplicação célere dos princípios do Consenso de Washington à economia russa. Os quatro principais eixos do plano eram a austeridade fiscal, as privatizações, a liberação dos preços e a abertura econômica.

As privatizações levadas a cabo pelo presidente Boris Ieltsin foram um dos principais elementos que contribuíram para alterar a estrutura econômica e distributiva do país. De acordo com o professor da Moscow State University, Sergey Markov, “do ponto de vista da observância das normas da legislação, não seria um exagero afirmar que 95% da propriedade privada na Rússia contemporânea foram formados ilegalmente” (FUNAG, 2008, p. 25). Esse ponto em especial é fundamental para compreender a relação entre o governo Putin e a elite econômica russa pois, como as grandes empresas foram praticamente entregues aos atuais oligarcas do país, o governo determinou certas regras de conduta; vez ou outra Putin precisa reforçar esse código de conduta aos oligarcas quando eles ameaçam sair da linha.

O programa de privatizações da década de 1990 consistiu em um sistema de empréstimos via ações. As grandes empresas do país passaram a ser propriedade dos bancos que “emprestaram” o dinheiro do próprio governo em troca de títulos públicos. Antes de cada operação, o Ministério das Finanças abria uma conta em determinado banco e nela depositava o dinheiro que posteriormente deveria ser repassado ao governo. Destarte, todos já sabiam de antemão o resultado de cada um dos processos de privatização e aquele dinheiro emprestado ao governo, obviamente, nunca chegou a ser devolvido (ZYGAR, 2018).

Tendo em vista a conjuntura desfavorável (que se agravou ainda mais após a crise asiática de 1997 e a subsequente crise cambial de 1998), o povo russo se sentia traído por Ieltsin. Ele havia sido o primeiro presidente democraticamente eleito do país e, em retorno, as consequências para o país foram a hiperinflação, aumento da desigualdade social e graves escândalos de corrupção (GESSEN, 2012). Em suma, a experiência russa com a socialdemocracia durante os anos 1990 havia sido um tanto quanto traumática para grande parte da população. A chegada de Putin ao poder, por sua vez, coincidiu com o início de uma fase bastante próspera economicamente.

Entretanto, algo ainda difícil de explicar são as razões da rápida trajetória ao poder de Putin. Num intervalo de aproximadamente vinte e cinco anos, o recém-formado bacharel em direito, Vladimir Putin havia se tornado presidente da Rússia. Ainda durante sua graduação, aceitou um cargo na KGB (sigla em russo para *Комитет Государственной Безопасности*, ou Comitê de Segurança do Estado), trabalhando pela instituição na Alemanha Oriental até a queda do muro de

Berlim em 1989. Após ter retornado à Rússia, integrou a equipe de seu antigo professor da *Leningrad State University*, Anatoly Soltchak em São Petersburgo.

Quando Soltchak se tornou prefeito de São Petersburgo transformou Putin em seu vice e braço-direito. Após a frustrada tentativa de reeleição de Anatoly, Putin recusou o convite do então eleito prefeito, Yakovlev, para continuar trabalhando na prefeitura de São Petersburgo; o que para muitos demonstrava a profunda lealdade de Putin para com Soltchak (ZYGAR, 2018; POMERANZ, 2018). Aliás, quando Anatoly foi acusado judicialmente de corrupção, Putin organizou uma operação de fuga para seu antigo professor e amigo; Soltchak fugiu para a Finlândia e depois para a França num avião de uma empresa de convênio médico (SAKWA, 2008).

De acordo com Lenina Pomeranz (2018, p. 219), alguns dos fatores que contribuíram para Ieltsin aceitar Putin como seu sucessor foram a lealdade de Vladimir para com seu ex-professor Anatoly Soltchak bem como sua “discrição e a não demonstração de excessiva ambição”. Essa lealdade de Putin veio bem a calhar ao ex-presidente russo uma vez que, a fim de livrar seu antecessor e sua equipe de uma investigação criminal por corrupção levada a cabo pela Procuradoria da Rússia, Putin concedeu anistia a Ieltsin e todos os membros do seu governo por quaisquer atos cometidos durante sua gestão logo quando se tornou presidente.

Após sua curta estadia na prefeitura de São Petersburgo, Putin aceitou o cargo de subchefe da assessoria presidencial em Moscou, e pouco tempo depois acumulou também o cargo de subchefe encarregado da equipe responsável pelo relacionamento do governo federal com as regiões. Durante esse período, Vladimir Putin conheceu muitos líderes regionais e reparou a autoridade quase feudal que muitos desses líderes dispunham. O então assessor presidencial percebeu que reformas se faziam necessárias para reduzir esse excesso de autonomia (POMERANZ, 2018).

Com a popularidade em baixa, Ieltsin e sua Família precisaram de um esforço enorme para conseguir eleger um sucessor. Assim sendo, uma das primeiras tarefas de Berezovski e do chefe de gabinete do então presidente Ieltsin, Alexander Voloshin (um liberal convicto), foi organizar a campanha para enfrentar Ievgeni Primakov e seu vice Iuri Lujkov (prefeito de Moscou) do partido

Pátria – Toda a Rússia (PTR). A eleição para o parlamento aconteceu em 19 de dezembro de 1999; a eleição presidencial estava prevista para acontecer em junho de 2000 (ZYGAR, 2018).

Berezovski visitou pessoalmente vários governadores a fim de convencê-los a apoiar o partido do Kremlin, o recém-criado Unidade. O resultado das parlamentares favoreceu o Partido Comunista (que conseguiu ocupar 24% dos assentos na Duma), o Unidade, por sua vez conseguiu 23% das cadeiras, enquanto o partido rival ao Kremlin, o PTR, conseguiu 13%. A derrota nas eleições parlamentares de Primakov e Lujkov com certeza os desestimulou, mas o golpe fatal ainda estava por vir. O chefe de gabinete de Ieltsin, Alexander Voloshin, conseguiu costurar uma aliança com os comunistas a fim de apoiar a candidatura de Putin à presidência (ZYGAR, 2018).

Somado a isso, a inesperada renúncia de Boris Ieltsin em 31 de dezembro de 1999 pegou a todos de surpresa. As eleições presidenciais que até então seriam realizadas em junho de 2000 tiveram que ser antecipadas para março daquele mesmo ano pois, segundo a constituição russa as eleições devem ser realizadas três meses após uma eventual renúncia do presidente. Essa antecipação encurtou o tempo que o PTR teria para organizar a campanha presidencial. Além disso, desde as eleições parlamentares Putin contava com 30% das intenções de voto, frente a 20% das intenções para Primakov (ZYGAR, 2018). Por fim, Primakov desistiu de se candidatar à presidência, e posteriormente o PTR se uniu ao partido Unidade formando o Rússia Unida, partido que até hoje dispõe de uma folgada maioria no legislativo russo.

Putin foi eleito com apoio dos liberais (grupo representado pela Família de Boris Ieltsin), dos *siloviki* (grupo de tendência mais estatista e protecionista formado por juristas, ex-agentes da segurança soviética) e ainda por parte dos comunistas. Este último grupo, bastante coeso durante o regime soviético, acabou dividido em três grupos com o fim do regime. Um primeiro grupo que defendia a transformação do Partido Comunista em um partido social-democrata tradicional; um segundo grupo que defendia o retorno do Partido às raízes leninista-stalinistas e ainda, um terceiro que condenava a herança autoritária do stalinismo e ao mesmo tempo o reformismo da *perestroika*, assim sendo, esse terceiro grupo defendia um caminho marxista-humanista para o Partido Comunista (SEGRILLO, 2014).

Com a abertura econômica e o aumento da influência cultural do ocidente após o fim da URSS, alguns segmentos da esquerda russa aliaram-se à grupos de direita nacionalistas. Essa formação ficou conhecida como “vermelho-marrom” (*красно-коричневый*), o vermelho em referência aos grupos de esquerda e marrom em referência aos nacionalistas; outra denominação encontrada é a de “comunofascistas” (*коммунофашисты*). Essa aliança tinha como objetivo resistir à ocidentalização da Rússia e às políticas “entreguistas” do governo Ieltsin (SEGRILLO, 2014).

Além do que já foi aqui colocado, vale ressaltar ainda alguns dos elementos que podem ter contribuído para o aumento da popularidade de Vladimir Putin. Primeiramente, o fato de Putin ser um *gossudarstviennik* (*государственник*), ou seja, um defensor de um Estado forte certamente é um elemento importante. Tal característica permitiu a Putin conquistar parte dos votos que possivelmente iriam para os comunistas, sobretudo daqueles mais nacionalistas. Os comunistas, lembremo-nos, tornaram-se uma oposição fragmentada com o fim da URSS. Além disso, apesar de ter conquistado o maior percentual de votos na eleição parlamentar de 1999, o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) não conseguiu superar a quantidade de deputados dos partidos burgueses (Unidade e PTR) condição que o impossibilitaria de aprovar alterações na constituição do país.

Uma vez eleito, o governo Putin deu início a uma série de medidas centralizadoras cujos principais objetivos consistiram em reduzir o poder e a influência dos governadores regionais bem como dos grandes oligarcas do país; processo chamado em russo de “fortalecimento do poder vertical” (*укрепление вертикали власти*). Este processo visava corrigir aqueles problemas observados por Putin quando ainda ocupava o cargo de subchefe da assessoria presidencial de Ieltsin. Os anos 1990 foram marcados politicamente pela excessiva liberdade e independência das lideranças regionais frente ao poder federal; além das oligarquias que constituíam uma verdadeira plutocracia nacional. Dessarte, o governo Putin, quando eleito, pôs em prática ações com o objetivo de mitigar e/ou reverter tais problemas, ou seja, reduzir a autonomia excessiva das oligarquias e das lideranças regionais (POMERANZ, 2018; ZYGAR, 2018).

Além do aspecto centralizador, um segundo elemento que contribuiu para vetorizar a popularidade de Putin foi a operação militar realizada na Chechênia (Segunda Guerra da Chechênia) que havia começado ainda em 1999 enquanto Putin era primeiro-ministro de Ieltsin. Sobre esse aspecto, cabe aqui ressaltar uma importante característica do sistema político russo, o semipresidencialismo. Grosso modo, de acordo com a constituição federal russa vigente desde 1993, as atribuições do presidente estão relacionadas à política externa, ao controle das forças armadas e, conseqüentemente, à segurança do país. O primeiro-ministro, por sua vez, é responsável pela política doméstica, gestão econômica, administração governamental, entre outras atribuições. Assim sendo, a campanha organizada e gerenciada por Putin na Chechênia lhe rendeu bons frutos; sobretudo porque a operação havia começado após uma série de atentados terroristas. Muitos russos indignados e com medo da ameaça terrorista apoiaram as atitudes enérgicas tomadas pelo primeiro-ministro (SEGRILLO, 2014). As eleições presidenciais ocorreram poucos dias após a conquista da capital chechena, Grozny. O sucesso e o *timing* da operação certamente contribuíram para com o aumento da popularidade do até então pouco conhecido Vladimir Putin.

Naquela ocasião, o governo russo chegou a pedir ajuda a alguns líderes ocidentais para lidar com a questão chechena. Mas naquele momento ninguém parecia acreditar que uma guerra contra o terrorismo se fazia necessária. Esse entendimento mudou completamente após 11 de setembro de 2001. O atentado terrorista de Nova York ajudou a aproximar Rússia e Estados Unidos; o esforço contra o terrorismo precisava ser conjunto. O Kremlin inclusive apoiou a invasão do Afeganistão com o intuito de dismantelar o Talibã (grupo que também era bastante hostil à Rússia); além disso, aceitou a instalação de uma base militar norte-americana no Quirguistão (que serviria de apoio na luta contra o Talibã) (ZYGAR, 2018).

No entanto, essa aproximação durou pouco tempo. A intenção de se aproximar do Ocidente por parte do recém-eleito presidente russo aos poucos foi se transformando em desconfiança e aborrecimento. A guerra no Iraque em 2003 certamente foi um episódio marcante dessa mudança de interpretação. Nesse contexto, a Rússia se juntou à Alemanha e à França contra as pretensões estadunidenses. A diplomacia russa conhecia o funcionamento do Iraque bem mais do que Washington. Primakov (ex-primeiro-ministro e adversário de Putin nas eleições de 1999 e 2000), por exemplo, falava árabe, era especialista em Oriente Médio, além de ser amigo de Sadam

Hussain. Além disso, as empresas russas Lukoil e Zarubezhneft produziam petróleo no Iraque (ZYGAR, 2018). Moscou sabia desde o início que o governo Bush havia criado subterfúgios de modo a disfarçar suas verdadeiras pretensões e interesses quanto ao Iraque.

A invasão do Iraque, as revoluções coloridas, a expansão da OTAN para o leste europeu, bem como a proposta de instalação de um escudo antimísseis no leste europeu por parte do governo Bush contribuíram para o afastamento da Rússia em relação às potências ocidentais. Esse afastamento foi um processo contínuo que se tornou ainda mais nítido durante o segundo mandato de Putin (e também de Bush; 2004-8).

As medidas centralizadoras postas em prática pelo governo russo bem como as operações que visavam acabar com a “promiscuidade” das oligarquias nacionais e submetê-las ao jugo do poder federal foram bastante criticadas por ONGs e pela mídia ocidental. No entanto, parecia haver um descompasso entre a avaliação da opinião pública internacional e a opinião pública russa (SEGRILLO, 2014). Pois, no que diz respeito à economia, diferentemente da caótica década de 1990, os anos 2000 foram marcados por um surpreendente desempenho propiciado por políticas econômicas bastante acertadas por parte da equipe de Putin, bem como pelo aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional (lembremo-nos que a Rússia é fortemente dependente dessa *commodity*). Neste sentido, o crescimento econômico, o aumento dos salários reais e das aposentadorias, além da redução da taxa de desemprego fizeram aumentar ainda mais a popularidade do presidente russo, o que possivelmente facilitou sua reeleição em 2004.

Esse descompasso entre as avaliações doméstica e internacional do governo russo tem desdobramentos importantes. Na visão de Dmitri Trenin (2016), um dos efeitos domésticos do isolamento, da alienação e, posteriormente, das sanções colocadas à Rússia foi um aumento da popularidade do governo russo e, ao mesmo tempo, do agastamento e da resistência da população em relação ao Ocidente. “Most Russians see Western attempts at isolating the Kremlin as a proof of the United States and its allies being Russia’s historical competitors, and the Kremlin, to them, becomes a symbol of national resistance” (TRENIN, 2016, p. 90).

Entretanto, apesar da forte popularidade do governo não podemos nos esquecer de sua oposição. O fato é que se comparado à tumultuada década de 1990, os dois primeiros mandatos de Putin foram razoavelmente tranquilos. Somado a isto, o êxito na economia por parte do governo e as reformas eleitorais que paulatinamente cerceavam o espaço da oposição no legislativo, acabaram por minimizar a reverberação das vozes daqueles que se opunham ao governo. Isso não significa que não houve manifestações contrárias ao governo. Podemos citar, por exemplo, a manifestação dos aposentados contrários à monetização dos benefícios sociais em 2005, bem como a dos motoristas contrários ao aumento do imposto de importação de veículos em 2008 (SEGRILLO, 2014).

Essa oposição começa a se mostrar mais ativa logo após a crise econômica internacional de 2008, já durante o governo de Medvedev. Esses grupos encontraram nas ruas a possibilidade de conquistar o espaço que lhes foi restringido pelo sistema eleitoral. Dessarte, o movimento chamado “Marcha dos Discordantes” (*Марш Несогласных*) organizado por outro movimento chamado “Outra Rússia” (*Другая Россия*) a partir de 2006, foi um dos catalizadores da série de protestos que aconteceram após as eleições de 2011 e 2012. Esses movimentos foram bastante heterogêneos, reunindo líderes liberais, da direita e até mesmo da esquerda radical (SEGRILLO, 2014).

O relacionamento entre o governo de Vladimir Putin e os liberais é uma questão que está intimamente ligada com a política internacional. O professor Segrillo (2014) defende que o governo Putin opera na base de um equilíbrio de influências entre os *siloviki* e os liberais. Percebemos, contudo, que esse equilíbrio começou a se desfazer a partir do momento em que o relacionamento da Rússia com as potências ocidentais começou a se desgastar. Este desgaste é gradual e tem muitos elementos envolvidos; alguns deles são, a invasão do Iraque, as revoluções coloridas, a recusa da extradição de oligarcas russos por parte da Grã-Bretanha, as críticas feitas ao governo russo por ONG's e pela mídia internacional, a expansão da OTAN e a exclusão da Rússia no processo, além da falta de reconhecimento da legitimidade dos interesses russos por parte do Ocidente. Enfim, esses são apenas alguns dos fatores que possivelmente contribuíram para o prejuízo do relacionamento entre Rússia e Ocidente, sobretudo entre a Rússia e os Estados Unidos.

Nesse sentido, a partir do momento em que as tensões com as potências ocidentais aumentam, no âmbito doméstico a tensão se traduz na relação entre o governo federal e os liberais, sobretudo aqueles mais pró-ocidente. Por exemplo, logo quando assumiu o segundo mandato em 2004, Putin demitiu o primeiro-ministro, Mikhail Kasianov; depois o Ministro da Economia e Comércio, German Gref, em 2007 e por fim, Alexei Kudrin, Ministro das Finanças, em 2011; todos liberais. Apesar disso, ao final de seu segundo mandato, Putin escolheu Dmitri Medvedev (um liberal) para lhe suceder na presidência ao invés do *siloviki*, Serguei Ivanov.

“No primeiro mandato presidencial de Putin a ala liberal teve bastante influência na economia. No segundo mandato, com o aprofundamento das ameaças internas (terrorismo) e externas (tensões internacionais), a influência dos *siloviki* se tornou mais conspícua” (SEGRILLO, 2014, p. 178).

A seguir, trataremos de alguns episódios importantes para compreender a atuação e o processo de concentração de poder no governo de Vladimir Putin; a começar pela relação do governo com importantes oligarcas do país e depois com as chamadas revoluções coloridas (possivelmente o ponto mais nevrálgico no que diz respeito ao desgaste do relacionamento entre o governo Putin e o Ocidente).

2.3. Os casos Berezovski, Gusinski e Khodorkovski

Algumas personalidades emblemáticas se destacam durante a ascensão de Vladimir Putin. O embate entre o governo Putin, ou mesmo entre o próprio presidente e alguns oligarcas russos é um elemento que se mostra importante por ter resultado no aumento do poder e influência do governo. Esse é o caso de Boris Berezovski, Vladimir Gusinski e Mikhail Khodorkovski que de certo modo confrontaram o Kremlin ou mesmo Vladimir Putin.

A começar por Boris Berezovski, matemático, criador do partido Unidade (que após a fusão com o Pátria Toda-Rússia – PTR, se tornou o Rússia Unida, partido de Vladimir Putin), dono do jornal *Kommersant*, e o segundo maior acionista do canal de televisão público “ORT” (o governo detinha 51% das ações e o restante era de Berezovski). Esse oligarca conheceu Putin ainda nos anos 1990 e o apresentou à panelinha de Boris Yeltsin. Tanto Putin quanto Berezovski assumiram cargos no governo russo, Berezovski foi eleito deputado em dezembro de 1999 e Putin se tornou

presidente interino com a renúncia de Yeltsin neste mesmo mês (sendo oficialmente eleito em março de 2000) (MYERS, 2018; ZYGAR, 2018).

Boris Berezovski, por alguma razão, esperava que poderia manter certo grau de controle sobre o governo, ou receber algum tipo de tratamento especial por parte do presidente por ter apoiado sua candidatura contra Lujkov e Primakov (que por sua vez foram apoiados por outro oligarca dos meios de comunicação, Vladimir Gusinski). A carência de Boris por atenção o levou a travar uma guerra informacional contra o governo Putin (ZYGAR, 2018).

O principal episódio desse conflito entre Berezovski e o governo foi no contexto da tragédia do submarino nuclear Kursk na qual 118 marinheiros russos morreram, em agosto de 2000. A demora do presidente (que na ocasião estava de férias em Sochi) para agir e se manifestar publicamente sobre o ocorrido provocou uma enxurrada de críticas por parte da mídia. A emissora controlada por Boris, bem como o jornal *Kommersant* também criticaram Putin que, por sua vez, se sentiu profundamente traído pela emissora e por Berezovski. “Foi a tragédia do Kursk que desencadeou a luta entre Putin e os “manipuladores da opinião pública” – isto é, a imprensa não controlada pelo Estado” (ZYGAR, 2018, p. 35).

Por consequência, como o governo russo detinha 51% das ações da emissora controlada por Boris, o Kremlin simplesmente anunciou que assumiria o controle da ORT. Após esse episódio, Berezovski decidiu vender o restante das suas ações a Roman Abramovich (outro oligarca russo, dono do clube de futebol inglês Chelsea) e pedir asilo na Inglaterra (ZYGAR, 2018).

Vladimir Gusinski foi outro oligarca dos meios de comunicação que também travou uma guerra de informação com Vladimir Putin, ainda antes de Berezovski, durante a campanha presidencial de 1999. Gusinski havia apoiado Boris Yeltsin no início dos anos 1990, mas no contexto da disputa entre o partido Unidade de Vladimir Putin e o PTR de Primakov e Lujkov, decidiu por apoiar estes últimos contra o escolhido da Família. Gusinski era proprietário da principal emissora de TV do país àquela época, a NTV; essa foi sua principal arma contra Putin durante a campanha eleitoral de 1999 (ZYGAR, 2018).

Assim que Putin assumiu a presidência em 2000, a Procuradoria Geral processou criminalmente Gusinski em função de uma dívida de cerca de um bilhão de dólares por parte de uma de suas empresas para com empresas estatais. Vladimir Gusinski foi preso e nesse tempo foi convencido pelo ministro das comunicações do governo, Mikhail Lesin, a entregar o controle da NTV ao governo russo. Depois de entregar sua empresa, Gusinski fugiu para a Espanha e então para a Grécia, revelando à mídia internacional o esquema ao qual havia sido submetido. O ministro das comunicações, Mikhail Lesin fundou uma empresa que acabou por assumir o monopólio do mercado midiático no país. Entretanto também perdeu o controle da empresa para um amigo próximo de Vladimir Putin, Yuri Kovalchuk (ZYGAR, 2018).

Ambos os casos, Berezovski e Gusinski, ajudam a entender o início do processo de centralização de poder de Vladimir Putin. Tal centralização, nesses casos, se deu no setor da informação. Cabe lembrar aqui a importância que a mídia, sobretudo a televisão, tem no contexto político do país. Grande parte dos russos tem a TV como principal fonte de informação. Aquela parte da sociedade que utiliza a internet e outras mídias alternativas como principal fonte de informação ainda é uma minoria restrita aos grandes centros urbanos do país. De acordo com o Comitê de Política externa do Parlamento Europeu, todos os canais de televisão do país ainda estão sob forte controle estatal, de modo que, o partido do governo, *United Russia* tem se beneficiado disso desde as eleições parlamentares de 2003 (THE EU-RUSSIA CENTRE REVIEW, 2011).

Além de Berezovski e Gusinski no âmbito do mercado publicitário e televisivo, um outro incidente entre governo e oligarquia chama a atenção, desta vez com o bilionário Mikhail Khodorkovski. Uma vez eleito, Putin realizou importantes reuniões com os principais oligarcas do país: industriais, banqueiros e donos de petrolíferas. É importante ressaltar duas dessas reuniões, uma delas aconteceu em meados de 2001, um churrasco na casa de veraneio de Vladimir Putin em Novo-Ogariovo; a outra realizada já em fevereiro de 2003 no Salão Katarina, no Kremlin. Em ambas as ocasiões, Putin fez questão de lembrar aos magnatas as regras do jogo: que ficassem longe dos assuntos do Estado e da política (ZYGAR, 2018).

A carta na manga do Kremlin para convencer os oligarcas a se manterem afastados das questões do governo consistia em lembrá-los do esquema de privatizações levado a cabo durante

o governo de Boris Yeltsin. Como as empresas, que anteriormente pertenciam ao Estado soviético, foram praticamente entregues de presente aos oligarcas, o Kremlin deixava claro que esse “presente” poderia ser tomado de volta caso os magnatas descumprissem o código de conduta proposto pelo governo. Deste modo, quaisquer ambições políticas por parte dos magnatas deveriam ser deixadas de lado, a política deveria ser deixada a cargo do governo. Como bem coloca Mikhail Zygar (2018), os maiores empresários da Rússia não são bilionários, apenas trabalham com bilhões de dólares em ativos, administrando aquilo que Putin permite que administrem.

Khodorkovski era um desses magnatas, dono de uma empresa que lhe foi entregue no contexto do desmanche do Estado soviético. Já na ocasião daquela reunião em 2003 no Kremlin, a companhia Yukos era considerada a maior petrolífera da Rússia, Khodorkovski o homem mais rico do país e Putin o mais poderoso. Ainda em agosto daquele ano havia sido aprovada a fusão entre a Yukos de Khodorkovski com as Sibneft, transformando a empresa em uma das maiores petrolíferas do mundo, com a produção maior do que a do Kuwait (ZYGAR, 2018).

Apesar disso, o magnata pouco sabia como funcionava a política no Kremlin. Isso ficou evidente quando em uma das reuniões, Mikhail criticou uma aquisição feita pela petrolífera estatal Rosneft, deixando a entender que os funcionários do governo poderiam estar se enriquecendo de formas oblíquas. O que Khodorkovski não sabia é que a empresa tinha ligação direta com Vladimir Putin (MYERS, 2018). A crítica do oligarca enfureceu o presidente russo, que por sua vez fez questão de lembrar ao magnata do petróleo que sua empresa, Yukos, teve problemas com impostos no passado, e que a origem do dinheiro utilizado para saldar a dívida junto ao governo também era duvidosa. Em suma, o que Putin tentou avisar a Mikhail foi que ele só era quem era, só tinha a empresa que tinha graças à boa vontade do governo, portanto, não tinha o direito de apontar o dedo a ninguém.

Khodorkovski era bastante popular entre os liberais russos. Fazia discursos e palestras, por isso, alguns cogitavam que ele poderia ser o novo líder do país. Neste sentido, o magnata se valia de sua influência no legislativo para fazer aprovar leis que beneficiassem seus negócios, não somente no setor petrolífero. Dessarte, no contexto das eleições legislativas de 2003, Mikhail

começou a financiar os partidos de oposição ao governo, o que obviamente desagradou ao presidente.

Lembre-mo-nos que 2003 era o ano das eleições parlamentares no país. Naquele ano os grandes feitos⁸ do governo de Putin pareciam muito distantes, “os maiores sucessos de sua presidência tinham acontecido nos primeiros dois anos; agora, entretanto, ele parecia ter perdido energia” (MYERS, 2018, p. 250). A preocupação do governo era que essa falta de ímpeto, somada às investidas de Khodorkovski, poderia acabar com a primazia de Putin. O oligarca do petróleo, em contrapartida, necessitava de um parlamento maleável de modo a evitar uma legislação que pudesse prejudicar suas empresas, sobretudo a Yukos.

Putin chegou a pedir Khodorkovski que parasse de financiar os partidos de oposição (MYERS, 2018), mas a desconfiança do presidente em relação ao oligarca chegou ao ápice quando o governo soube de um relatório misterioso que estava a circular por Moscou. Esse documento, chamado “O Estado e os Oligarcas” havia sido escrito por 23 especialistas políticos russos. De modo geral, o documento declarava que havia uma conspiração em curso naquele momento, uma tentativa de golpe por parte dos oligarcas do país que desejavam legitimar de uma vez por todas suas posses, empresas, negócios e riquezas. O chefe dessa conspiração, segundo o relatório, era ninguém menos que Mikhail Khodorkovski (ZYGAR, 2018).

O relatório foi entregue ao presidente por seu assessor, Igor Sechin, que já havia trabalhado com Putin na prefeitura de São Petersburgo durante os anos 1990. Esse personagem representa uma das principais forças do governo naquele momento, os *siloviki*; grupo formado por pessoas que “vinham dos serviços de segurança ou do judiciário e preferiam o fortalecimento das tenazes do Estado sobre a sociedade, os negócios e a política” (MYERS, 2018, p. 244). Segundo o trabalho de Mikhail Zygar (2018), a atuação dos *siloviki* contra os liberais é de ordem moral; como se esse grupo tivesse como objetivo compartilhar os ganhos ilícitos dos oligarcas. Na perspectiva de Steven Lee Myers (2018), entretanto, a questão em pauta era que os *siloviki* haviam perdido a

⁸ O mais importante desses “feitos” do governo no início dos anos 2000 foi a operação militar na Chechênia, que aumentou significativamente a popularidade de Vladimir Putin na Rússia. Outro elemento importante foi o superávit orçamentário e suas consequências econômica; a Rússia não registrava superávit orçamentário desde a *perestroika*.

primeira partilha de bens com o fim da URSS e, dessarte, estavam decididos a não perder uma segunda.

De um modo ou de outro, Putin precisava escolher entre os liberais (dentre os quais estavam ainda vários membros da antiga Família de Boris Yeltsin) e os *siloviki* (a facção mais linha-dura do governo, dentre os quais estavam alguns amigos e ex-colegas do presidente da época em que trabalhava na KGB e na prefeitura de São Petersburgo com Anatoly Sobtchak).

A partir de então, a empresa de Khodorkovski começou a ser alvo de uma série de ações levadas a cabo pela Procuradoria Geral comandada por Vladimir Ustinov ainda em junho e julho de 2003. O primeiro a ser preso foi Alexei Pichugin, chefe da segurança da Yukos. Segundo a procuradoria ele havia planejado o assassinato de rivais da companhia. O segundo foi Platon Lebedev, um dos sócios de Khodorkovski. Apesar da lei que proibia a prisão de pacientes hospitalizados, Lebedev foi algemado no hospital enquanto se recuperava de uma cirurgia cardíaca; era evidente o alerta que o Kremlin queria passar a Mikhail Khodorkovski.

No entanto, o magnata parecia ignorar esses avisos, estava confiante de que seu poder, influência e dinheiro o blindariam de quaisquer investidas por parte do governo. Khodorkovski continuava a viajar pelo país fazendo palestras até que em outubro a Procuradoria Geral enviou um fax o intimando a responder algumas perguntas. Seus advogados alegaram que ele não havia visto a intimação e que, portanto, tinha saído em viagem (ZYGAR, 2018).

Khodorkovski foi preso enquanto seu avião abastecia no aeroporto de Novosibirsk. O magnata foi levado de volta a Moscou algemado em um avião militar. É claro que o choque da prisão do homem mais rico do país foi enorme, a bolsa de valores despencou, os liberais ficaram consternados com a prisão do empresário. Os acionistas da Yukos tiveram suas participações congeladas (leia-se confiscadas) pelo Estado; tanto Khodorkovski quanto seus sócios perderam seus direitos sobre a empresa (ZYGAR, 2018).

Alexander Voloshin renunciou no mesmo dia da prisão do oligarca. Ele fazia parte do grupo dos liberais, ocupava o cargo de chefe de gabinete do governo, havia ajudado a formular a

campanha eleitoral de Putin e costurado a aliança com os comunistas para derrotar o PTR nas eleições parlamentares de 1999. Seu substituto para o cargo foi Dmitri Medvedev, futuro presidente da Rússia.

Apesar do relevante impacto econômico e financeiro da operação contra Khodorkovski, o episódio trouxe de volta aquela agitação, ânimo e protagonismo que o governo buscava. E de fato, a prisão do empresário, semanas antes das eleições parlamentares, rendeu uma larga vitória para o partido de Putin em 2003. A renúncia de Voloshin e a prisão de Khodorkovski marcaram o fim da Família, dos resquícios do período Ieltsin no governo. Putin havia feito sua escolha, os *siloviki*, ou “grupo de Petersburgo” tomaram o lugar da Família; na prática, isso significou a substituição de uma velha elite por uma nova. Pouco tempo depois, entretanto, o presidente fez uma nova mudança demitindo o primeiro-ministro Mikhail Kasianov⁹ (outro liberal) no início de 2004.

Com os principais canais de mídia e as maiores petrolíferas do país sob controle, o governo precisava ainda lidar com os líderes regionais, os governadores de província do país. Desde a dissolução do Estado soviético, a atuação dos grupos regionais de poder na Rússia continha elementos “oligárquicos, autoritários e até feudais” (POMERANZ, 2018, p. 215).

Um atentado terrorista em setembro de 2004, ano em que Putin havia sido reeleito presidente, deu ao governo o pretexto para realizar uma das mais importantes manobras de centralização política até então (ZYGAR, 2018). O atentado de Beslan, cidade da república da Ossétia do Norte-Alânia, deixou cerca de trezentos mortos, dentre os quais várias crianças. O ataque foi considerado o pior atentado terrorista da história recente do país.

As causas do crime ainda são obscuras, mas o fato deu a Putin a justificativa para reduzir consideravelmente a autonomia das autoridades regionais russas. Inicialmente, sete superdistritos foram criados compreendendo todas as entidades políticas da federação. Os governadores deveriam reportar-se diretamente aos dirigentes desses distritos, que por sua vez seriam indicados

⁹ O primeiro-ministro e sua equipe foram demitidos porque Putin foi informado por seu assessor, Igor Sechin, de que Kasianov planejava uma conspiração contra seu governo. Mikhail Fradkov assumiu o lugar de Kasianov (ZYGAR, 2018).

pelo presidente do país. Além disso, a reforma permitia que os governadores fossem exonerados pelo presidente caso atuassem contra a lei federal (POMERANZ, 2018). Na prática, a partir dessa reforma as eleições para governador regional acabaram, os líderes regionais passariam a ser escolhidos diretamente pelo presidente russo. Essa reforma também afetou o Conselho da Federação (o senado russo); a partir de então os senadores, que representavam as regiões da federação, passaram a ser indicados pelo presidente.

2.4.As revoluções coloridas

As chamadas “revoluções coloridas” foram eventos de grande impacto para a dinâmica política russa. A primeira delas aconteceu na Geórgia, em 2003, no entanto, àquela altura o governo russo não demonstrara grande preocupação. Tal situação começou a mudar com as revoluções na Ucrânia em 2004 e no Quirguistão em 2005 (SEGRILLO, 2013; ZYGAR, 2018).

O estopim da revolta da população na Geórgia foi o resultado das eleições parlamentares, uma vez que as pesquisas eleitorais anteriores às eleições indicavam a vitória do grupo de oposição ao governo de Eduard Shevardnadze. O presidente georgiano não agradava a Vladimir Putin, mas o Kremlin sempre prefere o *status quo* àquilo que é incerto. Quando o resultado das eleições foi anunciado, declarando a vitória de Shevardnadze, uma multidão foi às ruas, o prédio do parlamento foi invadido e o presidente se viu forçado a solicitar ajuda a Vladimir Putin (ZYGAR, 2018).

Apesar de não gostar do presidente georgiano, Putin confiava ainda menos na oposição liderada por Mikheil Saakashvili. Assim, o próprio chanceler russo, Igor Ivanov, convenceu Shevardnadze de que a situação era grave e de que o governo precisava negociar com a oposição. Nas ruas, os manifestantes eram liderados pelo grupo formado por jovens estudantes chamado “*Kmara*” (basta, em georgiano). O grupo recebia apoio de organizações não governamentais norte-americanas, fato que claramente aumentou as desconfianças de Putin em relação ao partido de oposição no país vizinho. Mas, no fim das contas, Eduard Shevardnadze foi obrigado a renunciar e novas eleições foram realizadas em janeiro de 2004; dessa vez Mikheil Saakashvili saiu vitorioso (ZYGAR, 2018).

A revolução laranja na Ucrânia foi a que acendeu o alerta vermelho no Kremlin. A eleição presidencial no país estava marcada para outubro de 2004 e, o então presidente ucraniano Leonid Kuchma havia escolhido Viktor Ianukovich como seu sucessor. Segundo Mikhail Zygar (2018), Kuchma havia escolhido alguém que considerava fraco e manipulável, de modo que as rédeas do país continuassem em suas mãos. Como já dito antes, o governo russo sempre prefere o mal conhecido e, tal como no caso do presidente da Geórgia, Putin também não gostava de Ianukovich. Mas ainda assim apoiou sua candidatura pois temia a oposição ucraniana liderada por Viktor Iushchenko; considerado pelo governo de Vladimir Putin um nacionalista antirruso.

O maior rival político de Iushchenko não era Ianukovich, mas Vladimir Putin. O presidente russo era bastante popular na Ucrânia, mais do que o presidente Kuchma ou mesmo os candidatos ao cargo de presidente (ZYGAR, 2018). O investimento do governo russo para garantir a vitória do seu ungido foi elevado. Um episódio suspeito marca a seriedade com que a disputa estava sendo levada pelos atores em jogo. Durante um jantar, Viktor Iushchenko se sentiu mal, sendo hospitalizado alguns dias depois por suspeita de envenenamento; o então candidato à presidência ficou gravemente desfigurado, mas sobreviveu e continuou na disputa. Até hoje não se sabe quem estivera por trás do atentado contra a vida de Iushchenko, mas após o ocorrido o clima de medo tomou conta da corrida eleitoral.

O resultado do primeiro turno foi bastante apertado, Iushchenko ficou praticamente meio ponto percentual à frente de Ianukovich. O governo russo estava certo da vitória que foi confirmada pelo segundo turno, sob grandes suspeitas de fraude eleitoral. Durante a noite da eleição, entre os dias 21 e 22 de novembro de 2004, uma multidão com bandeiras laranjas tomou a *Maidan Nezalezhnosti* (Praça da Liberdade em ucraniano). A multidão permaneceu na praça durante dias, Putin pedia que o presidente Kuchma dispersasse os manifestantes, ainda que precisasse utilizar a força, mas o presidente ucraniano declarou que não poderia fazê-lo pois estava enfrentando uma forte pressão do governo norte-americano (ZYGAR, 2018).

No dia 25 de novembro, Putin foi a uma reunião com os líderes da União Europeia em Haia, nessa ocasião o presidente russo acusou abertamente os Estados Unidos de interferir nas eleições ucranianas. Mas, apesar disso, a manifestação laranja seguia firme até o ponto em que a

situação se tornou insustentável. Os presidentes Putin e Kuchma declararam que haveria uma nova eleição, dessa vez sem interferência estrangeira, mas a Suprema Corte da Ucrânia anulou apenas o segundo turno, marcando sua repetição para dezembro daquele mesmo ano. O resultado final deu a vitória a Viktor Iushchenko, com quase 52% dos votos; o que significou uma grande derrota para o Kremlin.

Em abril foi a vez do Quirguistão, manifestantes derrubaram o presidente do país, Askar Akaiev. Na perspectiva do governo de George W. Bush, a deposição popular do presidente quirguiz simbolizava um apelo popular pela democracia, declaração que, aos ouvidos de Vladimir Putin soou como uma confissão da interferência estadunidense (ZYGAR, 2018). Além disso, a revolução quirguiz começou a contaminar o país vizinho, Uzbequistão.

Contudo, o presidente uzbeque, Islam Karimov reprimiu violentamente os manifestantes; muitos foram mortos e vários tiveram que atravessar a fronteira para o Quirguistão, buscando por proteção. A atitude do presidente uzbeque cativou Putin, que passou a considerá-lo um herói. Após o episódio, a Rússia e o Uzbequistão assinaram um acordo garantindo que a Rússia forneceria todo o auxílio material necessário para defender o regime do presidente Karimov, caso o governo uzbeque fosse novamente ameaçado (ZYGAR, 2018).

Após as revoluções coloridas, a suspeita por parte do governo russo de uma conspiração estadunidense contra a Rússia se tornou algo presente na política doméstica e externa do país. Vladimir Putin queria evitar a qualquer custo que uma revolução colorida acontecesse na Rússia. O hábito do controle, tal como coloca Taylor (2018) se mostra bastante evidente a partir de então. O medo da instabilidade por parte do governo russo, bem como a ideia de que manifestações populares não acontecem de forma espontânea, mas sim provocadas por alguém começa a marcar a arena política russa.

A partir de então, Vladislav Surkov, chefe de gabinete presidencial e principal estrategista político do Kremlin começou a arquitetar formas de evitar que a revolução colorida tivesse lugar na Rússia. A partir do segundo mandato de Putin, as principais preocupações do governo envolviam uma transição segura do poder em 2008 e evitar a ameaça colorida no país.

Uma das medidas para evitar uma revolução colorida na Rússia foi a criação do movimento estudantil *Nashi* (“nossos(as)” em russo). O idealizador dessa organização foi Vladislav Surkov, que escolheu jovens a fim de construir um movimento político contra as ameaças externas que a Rússia enfrentava. Após as revoluções coloridas ficou muito mais fácil para Surkov convencer esses jovens do perigo que o país enfrentava. O estrategista do Kremlin sabia que “é muito mais fácil mobilizar as massas para lutar contra algo do que por algo” (ZYGAR, 2018, p. 102).

Outra medida importante foram aquelas aprovadas pelo legislativo russo no final de 2005 que proibia o financiamento externo de atividades de diversas ONG’s no país. Nesse sentido, várias organizações como a *Human Rights Watch*, a Anistia Internacional e o Médicos sem Fronteiras foram proibidos de trabalhar na Rússia. A ideia de “democracia soberana” defendidas por Surkov funcionava também como contraponto à democracia liberal ocidental, como modo de evitar as ingerências estrangeiras tão temidas pelo governo russo.

2.5. Apoio e oposição no contexto pós-Medvedev

É fato que parte dos eleitores do atual governo russo não votaram em Putin em razão de sua agenda política, mas apesar dela. Por isso, muitas coisas devem ser levadas em consideração ao se tentar avaliar o apoio popular do presidente como a correlação social do voto dos eleitores. É necessário compreender as estruturas sociais que influenciam e informam as escolhas políticas dos eleitores. Neste sentido, devemos levar em consideração a percepção subjetiva dos cidadãos russos quanto à sua própria situação, bem como a avaliação objetiva que estes cidadãos fazem do cenário político e econômico do país pois, esses aspectos podem ser determinantes para compreender como e o porquê o governo Putin é ou não apoiado.

Ivan Krastev e Stephen Holmes (2012) chegam a uma interessante conclusão em relação às diferenças entre o interior do país e os grandes centros urbanos quanto ao apoio do presidente. Segundo esses autores, a partir das eleições parlamentares de 2011 e as eleições presidenciais no ano subsequente, muitas coisas mudaram. O fato de Putin ter decidido concorrer um terceiro mandato irritou a classe média dos grandes centros urbanos do país, sobretudo a classe média

moscovita. A partir de então, Putin passou a colocar o interior provinciano contra os grandes centros modernos e urbanos do país (sobretudo contra Moscou).

Essa mudança de estratégia do governo foi necessária, uma vez que a estratégia utilizada nas eleições anteriores se mostrou frustrada pelas manifestações populares de 2011-12. A antiga estratégia do governo russo consistia em tentar afirmar a legitimidade do governo pela lógica do “quem cala consente”. Holmes e Krastev (2012) afirmam que se tem algo de transparente nas eleições russas é o fato de que são manipuladas. Os russos sempre souberam que as eleições eram fraudulentas desde o início dos anos 2000, portanto afirmar que as manifestações só aconteceram em 2011 e 2012 porque só ali as fraudes se tornaram evidentes é um ledo engano.

As eleições na Rússia poderiam ser consideradas um dos principais instrumentos de controle do governo. Por exemplo, após o atentado terrorista na Ossétia do Norte-Alânia em 2004, Putin acabou com as eleições regionais para governador; estes passaram a ser indicados pelo próprio presidente. Dessarte, o resultado das eleições regionais, caso fosse considerado pouco satisfatório ao partido do governo, poderia significar a demissão do governador daquela respectiva província.

Ademais, as eleições também serviam o propósito de criar uma ilusão de que Putin seria a única alternativa para a Rússia; a frase “se não Putin, então quem?” (*Если не Путин, то кто?*) foi um dos principais slogans nas últimas eleições presidenciais. A maioria dos russos afirma acreditar que mesmo caso as eleições fossem justas e transparentes, Putin venceria de uma forma ou de outra. “In Russia [...] a leader’s popularity is an effect and not a cause of his perceived grip on power” (HOLMES; KRASTEVA, 2012, p. 35-6).

Talvez, um dos papéis mais importantes seja aquele em que as eleições desempenhavam ao criar uma espécie de legitimidade através de um plebiscito do silêncio. A ausência de manifestações populares após as eleições trazia a sensação de que tudo estava bem. A suposta indiferença dos russos em relação às eleições fraudulentas do país sustentava uma determinada legitimidade ao governo; mas o silêncio acabou com as eleições de 2011 e 2012. É importante lembrar que o movimento “Marcha dos Discordantes” (*Марш Несогласных*) acabou abrindo

espaço a partir de 2006, pondo fim à letargia da oposição extraparlamentar, uma vez que a oposição parlamentar ainda contava com grandes entraves burocráticos e na própria legislação eleitoral. Dessarte, as ruas se tornaram o principal meio de ação da oposição liberal (SEGRILLO, 2014).

O fato de Putin ter anunciado sua candidatura irritou a classe liberal do país. Sabia-se que a partir de então não haveria qualquer perspectiva de mudança, que as instituições permaneceriam as mesmas, que a democracia russa continuaria a ser gerenciada, enfim, que o futuro seria algo já conhecido por todos. Além disso, a crise internacional de 2008 atingiu os bolsos do povo, abrindo espaço para que a oposição se articulasse. Lembremo-nos que naquele momento o primeiro-ministro era Vladimir Putin; a pessoa responsável pela gestão econômica segundo a constituição do país. Dessarte, seria natural esperar que parte da culpa pela crise recaísse sobre ele (SEGRILLO, 2014).

Mas ainda assim, a maioria dos russos preferiu trazer Putin novamente ao poder em 2012 (agora para um mandato de 6 anos). Mamonova (2019) diz que parte dos russos têm, de fato, um apreço por governos fortes e autoritários, e muitas das vezes preferem uma economia forte e estável a uma boa democracia; corroborando com a perspectiva de Steven Fish (2017) segundo a qual uma grande parcela dos russos compartilham da predileção do governo pela manutenção do *status quo*. Os tempos áureos dos primeiros mandatos de Putin ainda estava presente na mente dos russos, sobretudo daqueles das zonas mais provincianas do país.

Quando os protestos estouraram nas grandes cidades russas, Putin buscou apoio naqueles que defendiam o *status quo* e a estabilidade. A partir de então, a estratégia do presidente tem sido buscar apoio nas partes mais provincianas do país, e colocar essa parcela da população contra aquela dos grandes centros urbanos, contra os defensores da democracia liberal e contra a modernidade.

Putin construiu uma retórica com o objetivo de desmoralizar a classe média urbana russa pois, sabe-se que, em média, a população russa é majoritariamente feminina, vive longe dos grandes centros urbanos, são relativamente pobres, dependem dos grandes canais de televisão para se informar e, de modo geral, são avessos à grandes transformações (os grandes episódios de

transformação na Rússia, de modo geral, trouxeram mais resultados negativos do que positivos para essas pessoas). Em contrapartida, a maioria dos manifestantes de 2011-12 se informava através da internet, era um público majoritariamente masculino, de classe média e que defendia transformações profundas na estrutura político-econômica do país (VOLKOV, 2012).

Denis Volkov (2012) faz uma importante análise atinente às diferenças entre o que ele chama de uma “minoria ativa” e a “maioria paciente”. Aquele grupo poderia ser caracterizado como uma elite insatisfeita com o *status quo*, frustrados com a inércia, defensores da democracia liberal e da modernidade. A maioria paciente, por outro lado, representa a grande parcela da população russa do interior do país, que defende a estabilidade, e a manutenção dos valores tradicionais.

Mas para além disso, também é importante levar em consideração a articulação política realizada pela “minoria ativa” que se opõe a Vladimir Putin. Como bem coloca Nicu Popescu (2012), em resposta à nova estratégia do putinismo em relação à classe média russa, dois grupos que até então pareciam inconciliáveis começaram a convergir em oposição ao governo; os liberais e os nacionalistas. Os nacionalistas passaram a defender ideias democráticas enquanto os liberais começaram a considerar algumas pautas nacionalistas. O grupo resultante dessa improvável associação política é caracteristicamente xenófobo, pois teme a diminuição demográfica de russos étnicos em relação ao crescimento demográfico de outras minorias étnicas do país. Além de xenófobos, os liberais-nacionalistas são isolacionistas, defensores da democracia liberal, e contrários ao governo Putin.

Antes dessa associação, os nacionalistas, herdeiros da ideologia soviética, defendiam a expansão territorial russa e a restauração das fronteiras da ex-URSS. Entretanto, a partir dessa aliança com os liberais-democratas, os nacionalistas abandonaram a defesa da expansão das fronteiras russas e passaram a defender o fechamento delas. Essa nova coalizão formada entre liberais e nacionalistas tem se mostrado um adversário bem mais difícil de lidar para Vladimir Putin que, apesar de deixar um tom nacionalista claro em seus discursos, sempre se mostrou preocupado com a possibilidade de manifestações ou com a erupção de protestos de cunho nacionalista pelo país.

A Rússia sempre enfrentou problemas ao buscar definir fronteiras nacionais com bases étnicas. Desde o princípio, o Estado russo foi marcado pela considerável presença de povos não russos (tártaros, ucranianos, uzbeques, georgianos, tadjiques e assim por diante). Destarte, se há uma contraposição entre as fronteiras do Estado e aquelas de uma nação com base étnica, o governo russo tem defendido aquela do Estado, evitando-se, assim, a possibilidade de dissolução do vínculo federativo (TAYLOR, 2018).

A escolha feita pelo governo Putin para lidar com a oposição liberal não foi a conciliação, mas sim o enfrentamento. A partir das revoluções coloridas ficou claro para o Kremlin a grande ameaça que as agitações das ruas podem significar, sobretudo porque, na visão do governo russo, tais manifestações são motivadas e/ou patrocinadas por instituições estrangeiras; dessarte, o governo estaria apenas reagindo à essas provocações e ameaças.

Ao mesmo tempo, alguns estudiosos defendem que a Rússia tem se colocado como uma alternativa à ordem global dominada pelas potências ocidentais, sobretudo pelos Estados Unidos. Como bem coloca Andrei Tsygankov (2019), a ordem global pós-Guerra Fria foi construída pelo Ocidente, nos seus próprios termos. Contudo, é precisamente o ideal liberal que abriu condições para a emergência de projetos concorrentes não-ocidentais à essa ordem dominante. Destarte, o que a Rússia quer é encontrar seu lugar nesse novo mundo, disputar seu espaço; trata-se de um embate pelo direito de coexistir, de ser reconhecida. Dmitri Trenin (2016), numa linha de pensamento semelhante diz que:

“The Kremlin has adopted an ideology of conservatism or traditionalism and designated liberalism as an opponent. [...] Russian conservatism on such issues as the value of national sovereignty, the role of religion in society, or the importance and nature of family, however, finds an echo in those quarters across Europe which are disillusioned with globalization and the European project. A more successful Russia and smarter Russian policy could in the future capitalize more in these areas (TRENIN, 2016, p. 84).

A “designação do liberalismo como oponente”, como colocado acima, e a relação entre os liberais-nacionalistas e o governo russo, podem ser traduzidas em termos de uma disputa entre discursos pela significação. Neste sentido, podemos começar a questionar se há uma divisão da sociedade entre duas grandes cadeias de equivalências, uma hegemônica e outra que contesta tal hegemonia. A cadeia de demandas hegemônica visa preservar determinada identidade e, ao mesmo tempo, impedir que outra ganhe relevância. A partir de determinado momento, as demandas que

não conseguem satisfazer-se diferencialmente, articulam-se frente àquilo que acreditam impedir sua realização. A tensão antagônica que se desenvolve entre o governo Putin e os grupos liberais e nacionalistas é o que caracteriza o populismo, tal como entendido por Laclau (2018). Neste sentido, poderíamos compreender o putinismo como uma das manifestações possíveis do populismo. Isto não significa dizer que o populismo se resume à sua variante russa, mas sim que o putinismo é sua faceta ôntica. Assim sendo, o populismo continua a ser uma categoria ontológica que perpassa múltiplos fenômenos. Assim, o objetivo do próximo capítulo será tratar o putinismo enquanto uma forma de populismo tal como entendido por Laclau (2018).

3. CAPÍTULO III – PUTINISMO RIMA COM POPULISMO?

Compreender o putinismo enquanto um tipo de populismo significa reconhecê-lo como resultado de determinada prática articulatória. Tal articulação se dá entre elementos que disputam constantemente a produção de sentido no espaço social. Produzir sentido, por sua vez, significa suturar uma determinada ordem, conferir ordem à desordem; ainda que contingentemente. Portanto, dizer que o putinismo rima com populismo significa admiti-lo como uma forma de ordenamento e constituição do espaço social na Rússia. Aqui, a rima entre populismo e putinismo não se limita ao sistema léxico pois ela faz parte da constituição da realidade objetiva.

Vimos que Laclau (2018) toma o populismo como categoria ontológica, ou seja, independentemente de suas manifestações ônticas. Neste sentido, o autor trata o populismo enquanto um tipo de lógica política de construção da realidade social que pode perpassar diferentes fenômenos. Dessarte, o objetivo deste capítulo é discutir o putinismo enquanto uma das manifestações ônticas possíveis dessa lógica política.

Sabemos que o populismo surge através de um processo de articulação de demandas, num movimento de simplificação da realidade social, dividindo a sociedade em dois campos distintos. Dessarte, um dos elementos mais importantes que caracterizam o populismo é a divisão da sociedade em duas cadeias de demandas equivalentes entre si (inclusive), mas que são antagônicas uma à outra (exclusive). Sendo o putinismo um tipo de populismo, sua existência se dá a partir desse processo articulatório cujo ponto de inflexão foram as eleições de 2011-12 e as subsequentes manifestações populares de oposição ao governo.

Assim sendo, advogamos que existem diferenças importantes no que diz respeito à política russa quando contrastamos os dois primeiros mandatos de Vladimir Putin com o período após sua recondução ao poder em 2012. Alguns autores também corroboram com essa avaliação: Marcel van Herpen (2013); Mikhail Zygar (2018); Segriello (2014); Sarah Milne e Neil Robinson (2017) bem como Artemi Magun (Артеми́й Магун [2014]). Além dos trabalhos dos autores supracitados, se tomarmos os estudos que conhecemos até o momento sobre putinismo percebemos que boa parte deles foi publicada em 2012 ou após este ano (Fish [2017]; Holmes e Krastev [2012];

Mamonova [2019]; Volkov [2012]; Popescu [2012]; Shevtsova [2012]). Isso possivelmente se deve ao fato de que grande parte das características e idiossincrasias do putinismo destacadas e categorizadas por estes autores se tornou assaz evidente a partir do terceiro mandato de Putin.

Vimos também que nem todos os projetos políticos são igualmente populistas, a depender da extensão das cadeias equivalenciais unindo as demandas. Putin não surge como populista no início dos anos 2000 (MILNE; ROBINSON, 2017); a lógica diferencial foi predominante durante os dois primeiros mandatos do presidente russo. Lembremo-nos que a lógica diferencial é caracterizada pelo aumento da complexidade do social, de modo que as demandas (democráticas) mantêm-se relativamente isoladas entre si, ampliando a quantidade de posições e particularidades que eventualmente podem vir a ser combinadas no espaço político.

Assim, precisamos reconhecer que as articulações entre as mais variadas demandas sociais se dão ao longo de um processo caracterizado pela constante tensão entre diferença e equivalência, tal como as articulações entre significado e significante. Destarte, o putinismo é resultado de um processo articulatório que se desenrola ao longo do tempo. Ele constrói o social, modifica e ao mesmo tempo impede a constituição de determinadas identidades. Neste processo, contudo, há uma série de elementos articulados discursivamente que corroboram para o surgimento do ponto de inflexão que marca a transição entre as lógicas diferencial e equivalencial. O que estamos afirmando é que a mudança de prevalência da lógica diferencial para a equivalencial não é súbita, mas sim resultado de um processo.

Dito isso, iniciaremos a discussão a partir do período que antecede o populismo russo, abordando os principais elementos que possibilitaram e/ou vetorizaram o surgimento do putinismo na Rússia a partir de 2011-12. Compreendemos que este primeiro momento é caracterizado pela primazia da lógica diferencial, mas também que o ponto de inflexão sinaliza a mudança para a prevalência da lógica equivalencial está presente durante todo o processo. Ao longo da década de 2000 determinadas articulações ocorrem no sentido de dividir o espaço social entre duas cadeias equivalenciais. Milne e Robinson (2017, p. 416) chamam essa lógica diferencial de “normalização gerenciada” (*managed normalization*). Tal lógica, segundo os autores, “was supposed to provide the means to revive the state and enable it to incorporate different social demands through the

creation of greater state autonomy from special interests (oligarchic economic interests and regional political elites)”.

Vimos no capítulo anterior que a figura de Vladimir Putin ainda era pouco conhecida no contexto dos anos 1990. O que sabiam naquele momento é que o então primeiro-ministro lograra controlar os problemas com a Chechênia. A popularidade do presidente Boris Ieltsin, em contrapartida, declinava a cada ano que passava, sobretudo entre a maioria mais pobre do país. A experiência com o governo liberal-democrata de Ieltsin foi bastante ruim para grande parte da população. Era difícil acreditar que um governo nessas circunstâncias seria capaz de eleger um sucessor. A aposta no até então pouco conhecido primeiro-ministro Putin parecia ser uma alternativa plausível. Ademais, a configuração das forças políticas também parecia contribuir para a sustentação da candidatura do primeiro-ministro. Lembremo-nos que após a fragmentação ocorrida no contexto da perestroika, os comunistas deixaram de ser uma oposição suficientemente forte e consistente (SEGRILLO, 2014). Essa fragmentação possibilitou que Putin (e seu recém-criado partido Unidade) angariasse votos da esquerda, sobretudo daqueles eleitores mais nacionalistas.

Além dos nacionalistas, Putin também contava com o apoio da classe liberal e dos *siloviki*. Entretanto, foi a com o início da operação militar na Chechênia que a popularidade do primeiro-ministro aumentou exponencialmente entre grande parte dos russos. Por fim, mas não menos importante, a antecipação das eleições presidenciais (em razão da renúncia de Boris Ieltsin em dezembro de 1999) garantiu a Putin disputar a presidência no auge de sua popularidade, ao passo que o partido de oposição, Pátria – Toda a Rússia, de Primakov e Lujkov, teve menos tempo para tentar reverter a diferença de votos.

A vitória do partido Unidade nas eleições legislativas de 1999 foi o prelúdio da eleição presidencial do ano subsequente. Apesar de ter conseguido o maior percentual de número de votos, o partido comunista não conseguiu superar os partidos burgueses, Unidade e PTR. Até que, por fim, esses últimos uniram-se formando o Rússia Unida; partido de Vladimir Putin que até os dias atuais dispõe da maioria das cadeiras do parlamento russo.

Uma vez eleito presidente, Putin pôde colocar em prática uma série de medidas centralizadoras graças à maioria constitucional que desfrutava na Duma. Primeiramente limitando a liberdade de atuação dos governadores regionais e de alguns oligarcas, bem como restringindo as possibilidades de representação da fragmentada oposição não-sistêmica. Chama-se de oposição não-sistêmica aquele grupo de partidos incapazes de conseguir representação congressual em razão de uma série de dificuldades e impedimentos que são próprios da legislação e do sistema eleitoral russo. Os partidos *within-system*, em contrapartida, são aqueles quatro que compõem o parlamento russo desde o início dos anos 2000¹⁰ (HUTCHESON E MCALLISTER, 2017).

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma espécie de apatia política por parte da população. Os traumas com a conturbada experiência liberal-democrata nos anos 1990 deixou sequelas no imaginário coletivo russo. Muitas pessoas pensavam que a atividade política era, por definição, corrupta e que, portanto, não lhes dizia respeito. Além disso, as suspeitas de manipulação eleitoral faziam com que a população se sentisse desacreditada, como se o ato de votar perdesse o sentido (HERPEN, 2013). Um dos efeitos disso tem sido a diminuição cada vez maior do número de eleitores que comparecem às urnas para votar. Como o voto no país é facultativo, o comparecimento médio dos eleitores às urnas é de 64,9% (ELECTION GUIDE, 2019). No entanto, nas eleições presidenciais de 2016 registrou-se o menor índice de comparecimento da história do país, apenas 47,9% da população compareceu às urnas (PIA HOBOCTИ, 2016). Alguns pesquisadores defendem que isso é um dos reflexos da despolitização da esfera pública e da mentalidade popular que sucedeu o fim do regime soviético (МАГУН, 2013).

Isso não significa, contudo, que não houve oposição ou manifestações contrárias ao governo ao longo dos anos 2000. No entanto, tais manifestações foram muito pontuais e específicas (por exemplo: a manifestação dos aposentados contra a monetização dos benefícios sociais em 2005 e a manifestação dos motoristas contra o aumento do imposto de importação de veículos em 2008). O fato é que ao longo de seus dois primeiros mandatos Putin gozou de uma forte popularidade, seja em razão da prosperidade econômica vetorizada pelo alto preço do

¹⁰ Os partidos *within-system* são: *Liberal Democratic Party of Russia* (LDPR); *A Just Russia* (AJR); *United Russia* (UR) e o *Communist Party of the Russian Federation* (CPRF).

petróleo no mercado internacional, seja em razão da predileção do governo pela manutenção do *status quo* e pela centralização do poder.

É importante lembrar que no período Ieltsin os líderes regionais desfrutavam de um poder quase feudal (POMERANZ, 2018). Além disso, os grandes oligarcas interferiam a todo momento em questões atinentes ao Estado e ao governo. Quando Putin assumiu a presidência, colocou em prática o que chamaram de “fortalecimento do poder vertical” (*укрепление вертикали власти*). As operações contra Gusinski, Berezovski e Khodorkovski serviram de exemplo aos demais oligarcas do país; um recado para que não se envolvessem com a política. Essas investidas resultaram na estatização de algumas das maiores companhias do país. Por exemplo, os canais de televisão, ORT e NTV foram tomados de Berezovski e Gusinski, respectivamente; isso garantiu ao governo russo o monopólio da mídia televisiva. A estatização da petrolífera Yukos de Mikhail Khodorkovski, por sua vez, garantiu ao governo o monopólio do principal setor econômico do país.

Essas medidas centralizadoras, aos olhos de grande parte dos russos, pareciam colocar fim à licenciabilidade das oligarquias e das lideranças regionais. Em contrapartida, boa parte dos liberais ficou descontente com tais ações levadas a cabo pelo governo. O chefe de gabinete Alexander Voloshin (um liberal convicto e membro da Família de Boris Ieltsin), por exemplo, deixou o cargo no mesmo dia em que o empresário Mikhail Khodorkovski foi preso (talvez este seja um dos primeiros episódios de dissensão entre o governo Putin e os liberais)¹¹.

Inicialmente, as demandas liberais por uma aproximação maior com o Ocidente, sobretudo com a Europa, ainda encontravam eco no governo. Vladimir Putin ainda acreditava na possibilidade de uma aproximação com as potências ocidentais. Mikhail Zygar (2018) relata que Putin nutria até certa admiração pelo presidente George W. Bush. Entretanto, com a invasão do Iraque em 2003, a recusa estadunidense de retirar a base militar instalada no Quirguistão (cujo objetivo era o desmantelamento do Talibã quando da invasão do Afeganistão no final de 2001) e com a expansão a leste da OTAN ao longo dos anos 2000, tal admiração foi aos poucos se

¹¹ É importante lembrar que os ministros da Economia e Comércio (German Gref) e das Finanças (Kudrin), ambos liberais, ainda faziam parte do governo.

transformando em desconfiança e aborrecimento. Essa suspeição tornou-se ainda mais intensa a partir das chamadas revoluções coloridas que ocorreram nos anos de 2003, 2004 e 2005; na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão, respectivamente.

O principal resultado das revoluções coloridas foi a substituição de governos pró-Rússia por governos pró-Occidente, supostamente mais democráticos (SEGRILLO, 2014; ZYGAR, 2018; МАГУН, 2013). As manifestações receberam apoio (inclusive financeiro) estadunidense e de ONGs internacionais (BINGOL, 2006). George Bush chegou a enaltecer o apelo da população à democracia e os novos rumos tomados pelo país com a deposição do presidente quirguiz, Askar Akaiev. Isso soou como um alerta para o governo Putin que temia ser o próximo alvo de uma “revolução colorida”. Dessarte, aproximar-se das potências ocidentais já não parecia ser uma possibilidade viável para a Rússia, o que, a nível doméstico, criava uma forte indisposição com os liberais. Em contrapartida, aqueles que defendiam tal aproximação passaram a se tornar alvo de desconfiança por parte do governo.

Não obstante, em razão das limitações impostas pela legislação eleitoral e pela forte centralização do governo, além da alta popularidade do presidente Putin, bem como do cenário econômico favorável (até meados de 2008), essa dissensão entre liberais e o governo não se traduziu em mudanças substanciais quando se trata da composição do parlamento russo. Por exemplo, apesar da redução no número absoluto de votos nas eleições de 2011 e 2016 (em razão do baixo nível de comparecimento às urnas), o percentual de cadeiras ocupadas pelo principal partido governista (*United Russia*) no parlamento só tem aumentado (HUTCHESON; McALLISTER, 2017). Além disso, os demais partidos *within-system* não representam de fato uma oposição ao governo. Os quatro partidos que compõem a Duma aparentam divergir somente quanto a questões triviais; quando se trata de questões realmente substanciais (como a anexação da Criméia em 2014), todos votam de acordo.

Outro elemento importante a ser destacado é a postura do governo frente às minorias étnicas não russas. Muitos povos foram incorporados à Rússia desde o início da expansão territorial do país; a noção de Estado nacional com base étnica sempre foi um problema. Para o presidente Putin, o que une o país é justamente o fato de todos pertencerem ao mesmo Estado, de

compartilharem os mesmos valores; como se houvesse uma espécie de solidariedade comum entre todos aqueles que fazem parte da Rússia, independentemente de raízes étnicas (MILNE; ROBINSON, 2017). A ideia de direito à autodeterminação de grupos étnicos poderia colocar a integralidade do Estado em risco. Nesse sentido, a postura mais branda e comedida do governo em relação a essas minorias étnicas desagradou àqueles grupos mais à esquerda cujas demandas eram mais nacionalistas (e por vezes até xenófobas). Destarte, as demandas de ambos os grupos, liberais e nacionalistas, começaram a ser articuladas frente àquilo que, segundo eles, impedia-os de alcançar o poder, de alterar o *status quo*, de fazer com que suas reivindicações fossem atendidas.

Entretanto, é necessário lembrar que esses dois grupos não conseguiam encontrar espaço para representação congressual, seja em função dos entraves na legislação eleitoral, seja pelo fato de que suas demandas não reverberavam para o restante da sociedade, estorvando, portanto, a possibilidade de fazer com que seus candidatos fossem eleitos. Grande parte da população, a “maioria paciente” como diz Volkov (2012), continuava a apoiar o governo.

O início do governo de Dmitri Medvedev em 2008 e a crise econômica internacional daquele ano vetorizaram, de certa maneira, o ímpeto por mudanças que os liberais-nacionalistas nutriam desde meados de 2006 com os movimentos “Marcha dos Discordantes” (*Марш Несогласных*) e “Outra Rússia” (*Другая Россия*). Esses fatores certamente foram catalizadores da série de protestos que aconteceram após as eleições de 2011 e 2012. “Economic crisis, electoral politics and the still-birth of Medvedev’s reforms created a potential populist backlash to the regime from social groups interested in change and reform” (MILNE; ROBINSON, 2017, p. 419). A agenda de reformas de Medvedev tinha como objetivo abrir maior espaço para o diálogo, ampliar o acesso do povo às questões do Estado. Apesar disso, os entraves legislativos continuariam a estorvar a possibilidade de acesso dos liberais-nacionalistas ao poder. Por isso, dado esse contexto, o espaço encontrado pela oposição não congressual para fazer frente ao governo foram as ruas. Milne e Robinson (2017, p. 413) defendem que “official populism only developed after the electoral cycle of 2011-2012, when the regime was threatened by a counter-hegemonic populist threat from political opposition and social groups that had suffered from economic crisis”.

Nesse sentido, também concordamos que o ponto de inflexão, o *turning point* que denota o advento do populismo russo foram as eleições de 2011-12 (cujo principal resultado foi a eleição de Vladimir Putin para um terceiro mandato de 6 anos) e as subsequentes manifestações populares que marcaram o cenário político do país. A partir de então podemos perceber que a lógica política predominante é aquela marcada pela simplificação do espaço social, pela divisão da sociedade entre duas grandes cadeias equivalenciais, das quais trataremos a seguir.

3.1.A cadeia antagônica

Boris Ieltsin foi o primeiro presidente democraticamente eleito da Rússia. As reformas levadas a cabo pelo governo ao longo da década de 1990 tinham o objetivo de transformar o país numa economia de mercado, mas o saldo deixado pelo governo liberal-democrata de Ieltsin foi bastante insatisfatório para grande parte da população. Por outro lado, Vladimir Putin assumiu o poder como presidente interino com a popularidade já em alta; no entanto, pouco sabia-se sobre ele até então, tampouco aqueles que haviam-no escolhido para suceder Ieltsin.

Inicialmente, alguns dos principais cargos do governo nomeados por Putin foram ocupados por liberais, parte dos quais já faziam parte do governo anterior; por exemplo, o chefe de gabinete, Alexander Voloshin, foi mantido no cargo. Outros liberais que compuseram o governo foram o primeiro-ministro, Mikhail Kasianov, assim como o Ministro das Finanças, Alexei Kudrin, e o da Economia e Comércio, German Gref. Contudo, paulatinamente, cada um deles foi deixando o Kremlin conforme a tensão entre o governo e os liberais se desenrolava. Voloshin foi o primeiro, saiu em 2003 quando Khodorkovski foi preso, Putin exonerou Kasianov em 2004, depois Gref em 2007 e por fim, Kudrin em 2011.

Os liberais foram aos poucos, sendo escanteados, não somente no âmbito do executivo, como também do legislativo federal. Além disso, o pouco sucesso das reformas liberais levadas a cabo ao longo dos anos 1990, bem como a própria impopularidade do governo Ieltsin certamente contribuíram para que as demandas liberais não conseguissem alcançar e cativar a “maioria

paciente”¹² da sociedade russa. Assim, conforme as tensões com o governo desenrolavam-se, sobretudo após as revoluções coloridas, mais fazia sentido as acusações e insinuações por parte do governo e da grande mídia (também controlada pelo governo) de que os liberais estariam sendo manipulados e/ou utilizados como instrumento pelas potências ocidentais com a finalidade de desestabilizar o governo russo. Tais acusações se tornam de fato parte da retórica do governo a partir do início do terceiro mandato de Vladimir Putin em 2012. O presidente russo assumiu o poder num cenário conturbado, após uma das maiores manifestações populares da história do país.

O não acolhimento, por parte do governo, de algumas das principais demandas dos liberais foi aos poucos suscitando o surgimento da chamada “minoria ativa”¹³. A aproximação com o ocidente, a descentralização administrativa, a modernização econômica e política, o fim da corrupção e das fraudes eleitorais, bem como a promoção da democracia liberal eram algumas dessas demandas. A partir das eleições de 2011 e 2012 a insatisfação desse grupo ganhou as ruas das duas maiores cidades da Rússia. Essas manifestações contaram com certo apoio e anuência por parte das potências ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, bem como da mídia e de ONG’s estrangeiras.

As demandas nacionalistas, por sua vez, aparecem muitas vezes no sentido de “proteger valores europeus” frente à ameaça representada pelo aumento da imigração de povos não europeus, ou melhor dizendo, não russos. Esse grupo teme a diminuição demográfica de russos étnicos em relação ao crescimento demográfico de outras minorias étnicas no país. Essa retórica é bastante comum nos discursos de Alexei Navalny, um dos mais conhecidos opositores do governo Putin na atualidade (МАГУН, 2013). Os liberais-nacionalistas defendem maior proximidade com a Europa, ao passo que apoiam o enxotamento daqueles que vêm de regiões autônomas e países vizinhos (geralmente mais pobres) como os tadjiques, turcomenos, cazaques, uzbeques, georgianos, chechenos, adiguésios, abscásios e daguestaneses. No entanto, essas demandas de cunho mais nacionalista e xenófobo são adiáforas frente àquelas que pedem por modernização, descentralização, democracia, eleições justas e pelo fim da corrupção.

¹² Denis Volkov (2012)

¹³ Volkov (2012)

Vale lembrar que nos anos 1990, tal como os liberais, parte dos nacionalistas apoiou Vladimir Putin; as ações firmes do então primeiro-ministro atinentes à questão chechena certamente cativou esse grupo. Por isso, por vezes, o governo russo se vale de artifícios retóricos nacionalistas, sobretudo quanto à política externa. Por exemplo, a anexação da Crimeia em 2014 ocorreu sob o pretexto de que a Rússia estaria agindo em prol dos interesses de seus cidadãos que lá viviam; essa operação agradou os nacionalistas bem como os tradicionais eleitores de Putin. Isso nos leva a crer, portanto, que algumas demandas nacionalistas podem funcionar como significantes flutuantes, sendo também articuladas pela cadeia hegemônica (neste caso, o próprio governo russo).

Bem, já dissemos anteriormente que a maioria dos manifestantes de 2011 e 2012 era do sexo masculino, de classe média, se informava pela internet e por mídias alternativas e que, além disso, defendia transformações profundas na estrutura político-econômica do país. Os grandes canais de mídia do país utilizavam rótulos como “classe média”, “bem alimentados” ou ainda “classe criativa” para descrever os manifestantes. Para grande parte da população russa que assistiu as manifestações pela TV, de fato, elas pareciam ser dominadas pela parcela mais próspera da sociedade (МАГУН, 2013).

Essa descrição de ordem objetiva, contudo, pode não ser o suficiente para compreender o que une os liberais-nacionalistas enquanto elos de uma cadeia de equivalências. Qual seria, portanto, a demanda, o significante tendencialmente vazio que cumpre o papel de (tentar) representar as demais? Qual nome justifica as equivalências entre as demandas? O texto publicado por Artemi Magun (Артеми́й Магун [2014]) certamente contribui muito para responder essas questões. Tal trabalho foi resultado da colaboração de nove pesquisadores da *Saint Petersburg State University*, cujo objetivo foi precisamente analisar as manifestações de 2011 e 2012. Os participantes do estudo realizaram diversas entrevistas com os manifestantes, dessarte as inferências obtidas podem contribuir enormemente para este trabalho.

Um dos elementos mais importantes apontados pelo estudo supracitado diz respeito à incongruência entre a descrição objetiva feita dos manifestantes (representados como membros da classe média urbana, ou ainda, uma minoria de cidadãos raivosos) e a avaliação subjetiva que eles

têm de si mesmos. Uma parcela dos liberais-nacionalistas não se reconhece como parte de uma “classe média”; para eles, essa descrição visa reduzir a complexidade, o caráter universalista e plural das manifestações. Eles consideram que o movimento é composto por uma grande diversidade de demandas e de pessoas (com uma grande diferença de renda entre elas). Portanto, para eles não faz sentido estigmatizá-los ou reduzi-los a rótulos que, por sua vez, são vagamente definidos pela renda, pelo estilo de vida e de consumo (МАГУН, 2013).

Neste sentido, apesar de o foco das manifestações ter sido por “eleições justas”, pelo fim das fraudes eleitorais e da corrupção, havia também certo grau de autoidentificação. Assim, além de “classe média”, o termo “povo” ou “nação” (em russo *narod* [народ]) também apareceu com frequência nas respostas dos entrevistados bem como nos cartazes utilizados pelos manifestantes. Vejamos alguns exemplos dessa utilização: “O poder pertence ao povo, segundo a constituição”¹⁴; “O poder deveria pertencer ao povo, não aos políticos”¹⁵ e ainda “Todo poder ao povo”¹⁶.

Percebe-se, portanto, que a articulação discursiva do termo “povo” tem como objetivo homogeneizar aquilo que é heterogêneo, identificar o não idêntico, conferir ordem à desordem, objetivar o vazio e, principalmente, questionar a hegemonia da cadeia de demandas hegemônica. Subjetivamente, os liberais-nacionalistas reconhecem-se enquanto representantes do “povo”; objetivamente, contudo, tal rótulo não poderia lhes ser atribuído. O rótulo “povo” (*narod* [народ]) parece ser objetivamente inadequado para caracterizar uma minoria. Além disso, “algumas das respostas dos entrevistados deixam claro que eles representam a parcela mais educada e privilegiada do país” (МАГУН, 2013, p. 206, tradução minha). Nesse sentido, Artemy Magun [Магун, (2013)] faz uma ressalva a respeito do populismo tal como entendido por Ernesto Laclau (2018). Segundo o autor, o antagonismo não parece ter sido constituído entre povo (*plebs*) e o governo; mas sim entre uma parte privilegiada da população, que presume representar o povo, e o governo (МАГУН, 2013).

¹⁴ “Власть принадлежит народу по Конституции” (МАГУН, 2013, p. 211).

¹⁵ “Власть народу а не политикам” (МАГУН, 2013, p. 211).

¹⁶ “Вся власть народу” (МАГУН, 2013, p. 211).

Alexei Navalny utiliza recorrentemente a expressão “*narod*” em seus discursos (esse inclusive é o nome do movimento nacional-democrata criado por ele). Contudo, é importante lembrar que construção desse “povo” enquanto elemento discursivo se dá em oposição ao governo e seus apoiadores (que são maioria, numericamente). Os liberais-nacionalistas frequentemente referem-se pejorativamente a seus opositores pelo termo “*bydlo*” (БЫДЛО); palavra de origem polonesa que significa “gado” (bydło). Essa palavra tem sido bastante utilizada pela oposição ao governo em referência à grande massa de pessoas que apoiam Putin (consideradas obtusas e incultas). Até mesmo Navalny já utilizou esse termo em um de seus discursos ao se referir aos habitantes da região do Cáucaso (МАГУН, 2013).

Os liberais-nacionalistas se autodenominam “o povo”, quando na verdade são parte de uma minoria urbana, distantes da realidade vivenciada pela maioria pobre do país. Destarte, a identidade deste grupo foi sendo constituída em oposição àquela parte da população tida como manipulada e obtusa (que são parte da cadeia de demandas hegemônica). O presidente Putin, por sua vez, representa a corporificação daquilo que os liberais-nacionalistas querem evitar e/ou extirpar do país. Putin é tido por eles como um líder manipulador, corrupto, atrasado e conservador; ele é o principal obstáculo a impedir que as demandas do grupo sejam satisfeitas.

Não obstante, apesar do enorme potencial englobante do significante tendencialmente vazio “*narod*”, ao que tudo indica, os liberais-nacionalistas ainda não são capazes de interpelar demandas suficientes de modo a tornarem-se hegemônicos no que diz respeito à produção de sentido no espaço social. Suas demandas ainda não conseguem atingir e/ou cativar os habitantes dos mais longínquos rincões do país. Ademais, a tensão entre os significantes “povo” (*narod*) e “gado” (*bydlo*) é muito forte; o uso pejorativo do termo (gado) em referência à parte mais pobre e menos erudita da população acaba por distanciá-los ainda mais do debate público. Não bastasse a marginalização socioeconômica, a tensão discursiva entre estes dois significantes (“*narod*” e “*bydlo*”) tem como efeito a exclusão de grande parte da população do povo. Trata-se de uma tentativa de articular oportunamente o significante “povo” em detrimento daqueles que fazem parte da cadeia de equivalências hegemônica. Assim, o questionamento dessa hegemonia se dá justamente através da mobilização desse significante (povo), num esforço de conferir legitimidade às demandas liberais-nacionalistas.

3.2.A cadeia hegemônica

Já foi dito aqui que Putin contava com uma popularidade considerável quando chegou ao poder, esse apoio continuou ao longo de praticamente toda a década de 2000. Após os anos de instabilidade, as reformas malsucedidas bem como as crises políticas e econômicas que caracterizaram os anos 1990, poderíamos considerar plausível que uma parte da sociedade optasse por um candidato que valorizasse a estabilidade e a segurança.

Além disso, conforme as tensões com o ocidente se desenrolavam (em razão da invasão do Iraque, da expansão à leste da OTAN e das revoluções coloridas) algumas demandas (até então democráticas) começavam a se articular frente àquilo que parecia prefigurar uma ameaça e/ou desafio. Neste sentido, na perspectiva do governo russo, a possibilidade de uma revolução colorida nos moldes daquelas realizadas na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão, conjecturava uma ameaça. Ao mesmo tempo, a fundamentada suspeita de envolvimento de ONG's estrangeiras bem como de potências ocidentais nessas revoluções acabou por aumentar a tensão representada pelo campo antagônico ao governo russo. Dessarte, essas demandas democráticas foram, paulatinamente, transformando-se em populares.

Dentre as demandas que compõem essa cadeia de equivalências, podemos dizer que a defesa da manutenção do *status quo* é uma das principais. Neste sentido, qualquer tentativa de perturbação da ordem estabelecida, ou seja, qualquer tentativa de alterar o *status quo* seria malquista. Lembremo-nos que para grande parte da população russa, especialmente para a parte mais pobre que vive longe dos grandes centros urbanos, os grandes episódios de transformação política, econômica e social foram penosos.

Outrossim, o apelo pela segurança, a centralização administrativa e a defesa de um Estado forte, de certa maneira, poderiam ser encaradas como demandas derivadas dessa defesa da manutenção do *status quo*. O apelo pela ampliação das atribuições do Estado, seja no controle da sociedade, seja na manutenção da segurança, é uma demanda característica dos chamados *siloviki* (funcionários dos serviços de segurança, militares, juristas, ex-funcionários da KGB...).

A defesa dos valores tradicionais frente às ameaças internas e externas também é uma demanda importante dessa cadeia equivalencial. A defesa desses valores pode ser considerada uma afronta tanto aos liberais quanto aos nacionalistas e, portanto, exerce um importante papel na construção dessa lógica populista. Putin considera que a preservação de tais valores é fundamental para a estabilidade do Estado. Isso deriva da percepção, por parte do presidente, de que a Rússia é um exemplo de “Estado-civilização”, o que, por sua vez, significa que o Estado é sustentado por uma gama de valores civilizacionais. Destarte, “the task of the state is to protect civilisation as the values that are held by the people. When the state protects these values it ensures its own survival because it creates and preserves popular support for the state” (MILNE; ROBINSON, 2017, p. 420).

A proteção dos valores tradicionais se tornou parte da agenda política russa a partir do terceiro mandato de Putin. Desde então, a ameaça representada pelos liberais-nacionalistas passou a ser enfrentada também na esfera da moral e dos valores. Assim, a globalização e o chamado “multiculturalismo” ocidental passaram a ser encarados como ameaças aos valores tradicionais da Rússia (MILNE; ROBINSON, 2017). Nessa perspectiva, a globalização e o multiculturalismo têm como consequência a transformação de determinados valores tradicionais que, por sua vez, são fundamentais para a estabilidade do Estado-civilização. E ainda, as elites intelectuais, apartadas da realidade vivenciada pela maioria da população, defendem tais abstrações, ou melhor, ideias importadas do exterior, derivadas de experiências de outras culturas, que não têm, necessariamente, qualquer correspondência com a realidade russa. O “nacionalismo monoétnico” seria outra ameaça prefigurada aos valores tradicionais a partir deste ângulo. A constituição do Estado a partir de fundamentos étnicos-identitários tem se mostrado um risco à estabilidade do modelo Estado-nação; portanto,

The idea of self-determination for one ethnic group, or the superiority of one ethnic group over others, makes no sense for Russia since it would fracture the union based on common traditional values that Russia has built up amongst its multi-ethnic people (MILNE; ROBINSON, 2017, p. 421).

O que todas essas demandas têm em comum é a percepção de que a pessoa capaz de fazer com que tais demandas sejam satisfeitas é Vladimir Putin. Por esta óptica, o presidente russo representa garantia de estabilidade, segurança, autoridade frente à licenciosidade das oligarquias e das lideranças regionais e, por fim, a preservação dos valores tradicionais (ameaçados pelo

liberalismo ocidental). O progressivo aumento da proximidade entre a Igreja Ortodoxa Russa e o governo também é um indicativo da inclinação do Estado no sentido de garantir a tutela dos valores tradicionais (LIPARTELIANI, 2019; PETRENKO, 2012). Questões como a deterioração da situação LGBT+, a proibição da celebração do Halloween nas escolas ou mesmo os retrocessos referentes à causa feminista no país são reflexos dessa disputa por significação característica da lógica populista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos deste trabalho foi tentar mostrar que a rima entre populismo e putinismo vai além do léxico, fazendo parte também da realidade objetiva. Neste sentido, as contribuições de Ernesto Laclau (2018) são fundamentais para compreender a lógica de organização dessa realidade, funcionando como instrumento de análise e referência para tratarmos do populismo enquanto lógica política.

Partimos da hipótese de que o putinismo é uma forma de populismo cujo significante vazio, ou seja, aquele significante que representa e condensa todas as demais demandas da cadeia de equivalências, é o próprio presidente Vladimir Putin. Como visto no primeiro capítulo, um significante só existe quando em relação com outros significantes. E ainda, um significante só existe se estiver ligado a determinado significado. Do mesmo modo, a existência de uma cadeia equivalencial se dá através da articulação com outra cadeia equivalencial. Nesse caso, a relação entre duas cadeias equivalenciais é caracterizada pelo antagonismo. Por exemplo, a ideia de povo aparece como contraponto à cadeia hegemônica. Ao passo que a hegemonia de determinada cadeia é pautada pela existência de uma outra cadeia de demandas que lhe seja antagônica. Assim, a identidade do putinismo se dá através do contraponto com o povo (os liberais-nacionalistas, ou ainda, as classes médias urbanas). Por sua vez, a identidade do povo se dá através da articulação de demandas equivalentes que contestam a hegemonia do putinismo enquanto discurso.

Além disso, é importante lembrar que a totalidade do social é caracterizada pela constante tensão entre diferença e equivalência. Vimos ao longo do segundo capítulo que houve um processo de articulação de demandas democráticas anterior à constituição das cadeias equivalenciais, ou seja, antes da constituição da lógica populista. Assim, demandas liberais e nacionalistas foram aos poucos se articulando até que se tornassem elos da mesma cadeia equivalencial. A objeção compartilhada por essas demandas em relação ao governo Putin é o que fundamenta a conexão entre elas. A hegemonia do governo, por seu turno, constitui-se em contraponto à ameaça representada pela cadeia antagônica (o “povo”).

Percebemos que há dois momentos distintos: um primeiro (de 2000 até 2012), cuja lógica política é predominantemente diferencial; e um segundo (de 2012 em diante), cuja lógica política

predominante é a equivalencial, caracteristicamente populista. A divisão do espaço social entre duas grandes cadeias equivalenciais se deu entre uma cadeia hegemônica (cujo significante vazio é o Presidente Vladimir Putin), e uma cadeia antagônica (cujo significante tendencialmente vazio é o “povo”).

Essa divisão se deu ao longo de toda a década de 2000, atingindo o ápice com as manifestações de 2011-2012. A partir deste ponto de inflexão, marcado pela eleição de Putin para um terceiro mandato, a configuração da dinâmica política no país mudou de forma substancial. De um lado, os liberais-nacionalistas, a mídia e as potências ocidentais; do outro, o governo de Vladimir Putin, a mídia nacional, os *siloviki*, e a grande massa de eleitores que apoiam o presidente.

O polo antagônico defende a modernização econômica, uma maior proximidade com as potências ocidentais (ao mesmo tempo que defendem um maior distanciamento em relação aos imigrantes oriundos de países e/ou regiões mais pobres), além disso, advogam por mais transparência na administração pública e nas eleições, bem como por uma legislação eleitoral mais justa. No que diz respeito aos valores, as demandas antagônicas correspondem à defesa dos valores modernos ocidentais. A figura de Putin, por seu turno, é considerada um sinônimo de atraso frente aos anseios por modernização. O presidente é o principal alvo das queixas deste polo antagônico, ele atrai e desperta toda a indignação das demandas populares frustradas. Destarte, sob o ponto de vista das demandas que compõem este polo antagônico, o outro (polo hegemônico) é essencialmente manipulado, atrasado e obtuso. No entanto, as demandas dessa cadeia equivalencial autointitulam-se “povo”, mesmo não fazendo parte do que Laclau (2018) chamou de “*plebs*”.

O polo hegemônico, por sua vez, defende a manutenção do *status quo*, a estabilidade, um caminho próprio e independente do ocidente no que diz respeito à democracia (a chamada “democracia soberana”), bem como a preservação dos valores tradicionais (que se contrapõem aos valores modernos ocidentais). A figura do presidente confere sentido ao espaço social, confere ordem à desordem; Putin representa a tão bem quista estabilidade. Alguns inclusive defendem que, atualmente, não há outra possibilidade para o país que não seja sob o comando de Putin (lembrando o slogan “se não Putin, então quem?” de uma das campanhas eleitorais do presidente). O que muitos estudiosos descreveram como culto à imagem ou à personalidade do presidente (HERPEN,

2013; FISH, 2017; TAYLOR, 2018) pode ser enxergado como uma das expressões desse significativo vazio.

Vladimir Putin é o nome que confere sentido a este espaço social, sendo, portanto, o significativo vazio dessa cadeia hegemônica. O surgimento da cadeia antagônica, cujo objetivo é de questionar tal hegemonia, tem como efeito (ainda que despropositado) o fortalecimento dos vínculos entre os elos da cadeia hegemônica. Ao mesmo tempo, a tentativa (por parte da cadeia hegemônica) de impedir que uma cadeia antagônica se formasse, acabou por fomentar seu surgimento. O receio e a desconfiança do governo em relação às revoluções coloridas e aos atritos com as potências ocidentais, levou o governo a rejeitar as demandas liberais-nacionalistas o que, por sua vez, fomentou o surgimento da cadeia de equivalências antagônica.

No que diz respeito às identidades, podemos notar a mudança que o processo de articulação discursiva trouxe. A identidade das demandas que compõem ambas as cadeias equivalenciais não é a mesma daquela anterior ao processo articulatório. O que antes eram demandas diferenciais, isoladas e com poucas relações entre si, tornaram-se *narod* (povo) e *bydlo* (gado), ou ainda, minorias urbanas bem-alimentadas contra a grande maioria da população pobre e o governo de Vladimir Putin.

Por fim, compreender o putinismo enquanto um tipo de populismo pode suscitar novas perguntas quanto à dinâmica política na Rússia. Assim, compreender o putinismo tal como outros “ismos” históricos (como o varguismo, lulismo, bolsonarismo, maoísmo, entre outros), requer a adoção de determinados parâmetros e de certo rigor teórico-metodológico, nesse sentido, Ernesto Laclau é, sem sombra de dúvidas, uma referência insigne.

REFERÊNCIAS

BALLACCI, Giuseppe. **The Creation of the ‘People’ in Laclau’s Theory of Populism: A Critical Assessment**. Philosophy Journal, 2017.

BARON, Letícia; LINHARES, Bianca de Freitas. **A política como conflito: a noção de antagonismo na teoria de Ernesto Laclau**. Em tese, Florianópolis, 2020.

BARROS, Mariana de Oliveira. **Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, São Paulo.

BINGOL, Yilmaz. The ‘Colorful’ Revolution of Kyrgyzstan: Democratic Transition or Global Competition? Turkish Journal of International Relations – Alternatives, 2006.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. 1ª Ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

ELECTION GUIDE. Democracy Assistance and Election News, 2019. Disponível em: <www.electionguide.org/countries/id/179/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

FISH, M. Steven. **The Kremlin Emboldened: What is Putinism?** Journal of Democracy, vol. 28, 2017.

FÜHR, Jean Jeison; JUNIOR, Nadir Lara; KIST, André Urban. Diálogos possíveis entre a psicanálise lacaniana e a teoria do discurso. In: LINHARES, Bianca; MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo. **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017.

FUNAG. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Rússia. (Rio de Janeiro: 2007). Brasília – Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p.120

GESSEN, Masha. **The man without a face: the unlikely rise of Vladimir Putin**. 2012.

HERPEN, Marcel H. Van. **Putinism - The Slow Rise of a Radical Right Regime in Russia**. Palgrave Macmillan, 2013.

HOLMES, Stephen; KRASTEVA, Ivan. **An Autopsy of Managed Democracy**. Journal of Democracy, vol. 23, 2012.

HUTCHESON, Derek S.; McALLISTER, Ian. **Explaining Party Support in the 2016 State Duma Elections?**. Russian Politics, 2017. Disponível em:

<https://brill.com/abstract/journals/rupo/2/4/article-p454_4.xml>. Acesso em 15 de junho de 2019.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar – Duas formas de Pensar**. Objetiva, 2012.

KUCHINS, Andrew C.; ZEVELEV, Igor (2013). Russia's Contested National Identity and Foreign Policy. In: NAU, Henry R. e OLLAPALLY, Deepa. **Worldviews of Aspiring Powers: Domestic Foreign Policy Debates in China, India, Iran, Japan and Russia**. Oxford Scholarship Online, 2013. Disponível em:

<<https://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780199937479.001.0001/acprof-9780199937479-chapter-6>>. Acesso em 12 de junho de 2019.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. Verso, 2018.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. 2ª Ed. Verso, 2001.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Zahar, 2018.

LINHARES, Bianca; MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo. **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017.

LIPARTELIANI, Vladimir. Russia's use of the Orthodox Church as a Tool of Influence. Tbilisi State University, 2019.

MADEIRA, Maria Angélica; SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAMONOVA, Natalia. **Understanding the silent majority in authoritarian populism: what can we learn from popular support for Putin in rural Russia?** Routledge, 2019.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: _____; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. Por que não seria o “lulismo” populista? In: LINHARES, Bianca; _____; RODRIGUES, Léo. **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MIELNICZUK, Fabiano. **Sovietologism: Soviet Union as a Western representation**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

MIELNICZUK, Fabiano. **Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 28, 2006.

MIELNICZUK, Fabiano. **O conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica**. Estudos Internacionais, vol. 1, 2013.

MILNE, Sarah; ROBINSON, Neil. Populism and political development in hybrid regimes: Russia and the development of official populism. *International Political Science Review*, 2017.

MOSÉ, Viviane. **A espécie que sabe: do Homo sapiens à crise da razão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MYERS, Steven Lee. **O Novo Czar: ascensão e reinado de Vladimir Putin**. Amariyls, 2018.

NASCIMENTO, Kamila. L. **Os sentidos da noção de democracia na obra de Ernesto Laclau**. 2015. 101f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

PETRENKO, Galina. Influence of the Russian Orthodox Church on Russia's Foreign Policy. Jacobs University Bremen, 2012.

POMERANZ, Lenina. **Do Socialismo Soviético ao Capitalismo Russo: A Transformação Sistêmica da Rússia**. Ateliê Editorial, 2018.

POPESCU, Nicu. **The Strange Alliance of Democrats and Nationalists**. Journal of Democracy, vol. 23, 2012.

SAKWA, Richard. **Putin – Russia’s choice**. Routledge, 2008.

SECHES, Daniela Vieira. **Sociedade Internacional e Democracia: interpelação e rearticulação na política externa da Rússia contemporânea**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo**. Prismas, 2014.

SHEVTSOVA, Lilia. **Implosion, Atrophy or Revolution?** Journal of Democracy, vol. 23, 2012.

STONE, Oliver. **As entrevistas de Putin**. BestSeller, 2017.

TAYLOR, Brian D. **The Code of Putinism**. Oxford University Press, 2018.

THE EU-RUSSIA CENTRE REVIEW. The electoral system of the Russian Federation. Policy Department for the Foreign Affairs Committee of the European Parliament. 2011. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/143427/Review17.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2019.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia and America: the asymmetric rivalry**. Polity Press, 2019.

TRENIN, Dmitri. **Should We Fear Russia?** Polity Press, 2016.

VOLKOV, Denis. **The Protesters and the Public**. Journal of Democracy, vol. 23, 2012.

ZYGAR, Mikhail. **Todos os homens do Kremlin: os bastidores do poder na Rússia de Vladimir Putin**. 1ª Ed. São Paulo: Vestígio, 2018.

МАГУН, Артемий. Протестное движение 2011 – 2012 годов в России: Новый популизм среднего класса. Европейский Университет в Санкт-Петербурге, 2013.

РИА НОВОСТИ. Выборы депутатов Госдумы, VII созыва – 2016. Disponível em: <<https://ria.ru/20160918/1476912507.html#/summary>>. Acesso em 17 de junho de 2019.